

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.



RELATÓRIO E CONTAS

2011

Barreiro, Março 2012

ÍNDICE

| | Pág. |
|---|------|
| 1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 2 |
| 2 – BREVE APRESENTAÇÃO | 5 |
| 2.1 – Enquadramento da entidade na região e com as restantes entidades de saúde | 5 |
| 2.2 – Análise da envolvente interna que fundamenta a estratégia do Hospital | 10 |
| 2.2.1 – Actividade mais significativa em 2011 | 13 |
| 2.3 – Missão da Entidade | 14 |
| 2.4 – Valores e Objectivos | 14 |
| 3 – ÓRGÃOS SOCIAIS | 15 |
| 4 – GOVERNO DA SOCIEDADE | 16 |
| 5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 33 |
| 6 – ACTIVIDADE 2011 | 34 |
| 6.1 – Actividade Assistencial Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. | 34 |
| 6.2 – Evolução dos Indicadores de Recursos Humanos | 41 |
| 6.3 – Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros | 45 |
| 6.4 – Principais Actividades e Investimentos Desenvolvidos em 2010 | 53 |
| 7 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 56 |
| 8 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 57 |
| 9 – ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 62 |
| 10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 78 |
| 11 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO..... | 79 |
| 12- RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS..... | 80 |

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 escreveu-se duramente na História, com o grassar de uma forte crise económica-financeira, que atingiu sobretudo a Europa e, particularmente os países que cronicamente têm apresentado maiores fragilidades nestas matérias, nomeadamente, Portugal. Perante este cenário, não foi possível evitar o pedido de assistência financeira externa por parte do nosso país, que surge já após um período de obrigatoriedade de adopção de fortes medidas de contenção, que a implementação do plano de assistência veio ainda agravar mais.

Tudo isso se traduziu também no sector da Saúde em Portugal, onde se sentiu a redução dos vencimentos dos funcionários com salários superiores a 1.500€, bem como a redução de custos na rubrica de horas extraordinárias, a necessidade de redução de custos nas áreas mais significativas, isto é, Custos com Pessoal, Consumos e Fornecimentos e Serviços Externos. Efectivamente, o ano de 2011 marcou uma forte redução nos custos totais deste Centro Hospitalar, que diminuíram 6,7% face ao ano anterior. Contudo, tal não bastou para garantir a sustentabilidade financeira desta Instituição, também porque não só não foi possível garantir a realização do volume de produção inicialmente previsto, como uma vez mais assistimos a uma redefinição dos preços de financiamento em baixa.

Apesar de todas as condicionantes, entendemos que não nos é permitido sair da estratégia de desenvolvimento e de qualidade de prestação que temos vindo a desenvolver, pelo que o ano de 2011 fica, também, ao nível deste Centro Hospitalar marcado por diversos feitos, dos quais salientamos a manutenção do investimento na criação de uma nova unidade de cirurgia do ambulatório no Montijo, que entrará em funcionamento em meados de 2012, a criação de nova área de ambulatório para as Consultas de Psiquiatria, a certificação de qualidade dos Serviços Farmacêuticos, entre muitos outros projectos.

Consideramos que, apesar das duras circunstâncias que marcaram o ano de 2011, mantemos a confiança de que em conjunto iremos conseguir ultrapassar os desafios e dificuldades que se nos apresentarão nos tempos próximos. Só assim será possível encarar as tarefas que teremos pela frente. Desta forma, aproveito para realçar o contributo e empenho de todos e de cada um dos profissionais deste Centro Hospitalar.

Por fim, dirijo uma palavra de apreço a todos os utentes deste Centro Hospitalar, parceiros, fornecedores e responsáveis das estruturas da Administração Central, Directa e Indirecta do Estado e da Administração local.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Isabel Maria Pinto Monteiro, Eng.ª

Indicadores de Actividade Assistencial

| | 2010 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| INTERNAMENTO | | |
| N.º de Camas | 398 | 374 |
| Doentes Saídos | 13.544 | 12.845 |
| Demora Média | 8,0 | 7,9 |
| Taxa de Ocupação (sem berçário) | 73,5% | 74,8% |
| Doentes Tratados/Cama | 34,6 | 35,0 |
| Taxa de Letalidade | 6,8 | 6,8 |
| CIRURGIA DO AMBULATÓRIO | | |
| N.º Doentes Operados | 1.984 | 2.105 |
| BLOCO OPERATÓRIO | | |
| N.º Doentes | | |
| Cirurgia Convencional Base | 2.720 | 2.542 |
| Cirurgia Ambulatória Base | 1.766 | 1.977 |
| Cirurgia Convencional Adicional | 282 | 304 |
| Cirurgia Ambulatória Adicional | 218 | 128 |
| Cirurgia Urgente | 1.398 | 1.339 |
| AMBULATÓRIO | | |
| Consultas Externas (Médicas) | | |
| Primeiras Consultas | 40.434 | 38.892 |
| Consultas Subsequentes | 129.313 | 127.580 |
| Total Consultas | 169.747 | 166.272 |
| Taxa de Acessibilidade | 23,8% | 23,4% |
| Consultas Externas (Não Médicas) | | |
| N.º Total de Consultas Não Médicas | 8.810 | 17.101 |
| N.º Total de Consultas Realizadas | 178.557 | 183.373 |
| Urgências | | |
| Hospitais de Dia (n.º Sessões) | 25.296 | 29.600 |
| Radioterapia (N.º Tratamentos) | 33.552 | 30.526 |
| Total MCDT | | |
| Serviço Domiciliário | 632 | 252 |
| CONTAS DE RESULTADOS | | |
| Prestações de Serviços | 69.837.825,36 € | 59.761.291,01 € |
| Subsídios à Exploração | 7.168,21 € | 2.205,03 € |
| Resultados Operacionais | (20.857.873,37) € | (25.378.280,36) € |
| Resultados Financeiros | (177.999,48) € | (210.099,95) € |
| Resultados Correntes | (21.035.872,85) € | (25.588.380,31) € |
| Resultado Líquido | (20.493.103,63) € | (24.574.249,73) € |
| ESTRUTURA DO BALANÇO | | |
| Activo Fixo | 20.923.129,99 € | 20.425.571,81 € |
| Activo Circulante | 17.119.328,78 € | 17.476.674,08 € |
| Activo Total | 116.242.545,37 € | 47.785.716,82 € |
| Fundos Próprios | (19.627.304,24) € | (47.770.708,70) € |
| Passivo Corrente | 128.007.415,96 € | 95.556.425,52 € |
| RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA | | |
| Líquidez Geral | 0,32 | 0,20 |
| Líquidez Reduzida | 0,227 | 0,089 |
| RÁCIOS DE ESTRUTURA | | |
| Autonomia Financeira | -16,8% | -100% |
| RÁCIOS DE GESTÃO | | |
| Prazo Médio Recebimento (em dias) | 31 | 42 |
| Prazo Médio Pagamento (em dias) | 251 | 412 |

2 . BREVE APRESENTAÇÃO

2.1 – Enquadramento da entidade na região e com as restantes entidades de Saúde

2.1.1 – Instituições Hospitalares

Seguindo o paradigma da constituição de Centros Hospitalares visando obter economias de escala e preconizar formas de organização mais eficazes e eficientes, na Península de Setúbal encontramos actualmente o Centro Hospitalar de Setúbal, constituído pelos Hospitais de S. Bernardo e pelo Hospital do Outão, tendo sido constituído em 2009 o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, que entrou em vigor no dia 1 de Novembro de 2009. Este Centro Hospitalar junta, assim, um hospital distrital nível IV e um hospital concelhio. Ainda encontramos o Hospital Garcia de Orta, EPE, classificado como hospital central.



A existência em áreas geográficas contíguas de outras unidades hospitalares, gera não só alguma flutuação na procura dos utentes/clientes em valências específicas, como será o exemplo da Obstetrícia, como promove o estabelecimento de complementaridades entre os mesmos, de forma a promover-se ganhos de eficiência e ultrapassar algumas lacunas ao nível de recursos, quer humanos quer técnicos.

Assim, o Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE assume-se como a Unidade Hospitalar de referência para a Radioterapia, dando resposta à procura deste tipo de tratamentos não só para os Hospitais da Península de Setúbal, como ainda também para o Hospital de Vila Franca de Xira e ainda para doentes provenientes do IPO de Lisboa, CHLO e CHLC. A abertura da nova unidade de Radioterapia no Hospital Distrital de Santarém em 2011 veio retirar-nos essa procura, com impacte significativo no número de doentes tratados, já que no ano de 2010 dos doentes provenientes representaram 16% do total dos doentes tratados neste Serviço de radioterapia, com 230 doentes.

2.1.2 – Privados

Na área de influência do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE, os utentes/clientes possuem uma oferta significativa em termos de Consultórios e Clínicas de Ambulatório na área das Consultas (com mais significado, o Centro Local do SAMS, a Casa de Saúde do Barreiro e a União Mutualista N.ª Sra. da Conceição - Montepio). A Casa de Saúde do Barreiro tem actividade cirúrgica (em Ambulatório e em regime de Internamento), tendo passado a dispor de equipamento de ressonância magnética no decorrer de 2006, e a Clínica do Rosário oferece MCDT. A Clínica do Montepio oferece consultas e MCDT's.

Existem ainda duas Clínicas que operam na área dos cuidados nefrológicos, fora um vastíssimo conjunto de pequenas clínicas e consultórios particulares. Deste modo, o número de especialistas a exercer uma actividade privada é bastante significativo numa área relativamente próxima.

2.1.3 - Descrição de Unidades “complementares” de Prestação de Cuidados

2.1.3.1 - Centros de Saúde

Os Centros de Saúde da área de influência do Hospital do Barreiro estão organizados num Agrupamento Centros de Saúde que inclui as Unidades de Saúde Integrados do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, denominado Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho, sendo que neste agrupamento foram constituídas quatro Unidades de Saúde Familiar. A constituição do ACES na área de influência do Hospital permite manter e incrementar o trabalho de cooperação que temos procurado desenvolver.

2.1.3.2 - Cuidados Continuados

Por força da constituição da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), o ano de 2007 marca a definição da referenciação por parte das estruturas hospitalares para estruturas de cuidados continuados, de acordo com a tipologia de serviços definida – Unidades de Paliativos, Convalescença, Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Equipas de Cuidados Continuados mantendo-se a resposta no âmbito SNS, seja por via das Instituições hospitalares públicas, seja pelas Instituições privadas com protocolos estabelecidos com a Rede.

A referenciação para a RNCCI foi considerada um item de relevância em termos da contratualização externa, tendo sido definido com um dos indicadores de Qualidade e Eficiência nos Contratos Programa, a cujo cumprimento têm estado indexadas verbas de financiamento. Desta forma, tem sido também um dos indicadores que tem sido introduzido e avaliado ao nível da contratualização interna, a partir do Sistema de Gestão por objectivos de cada Serviço.

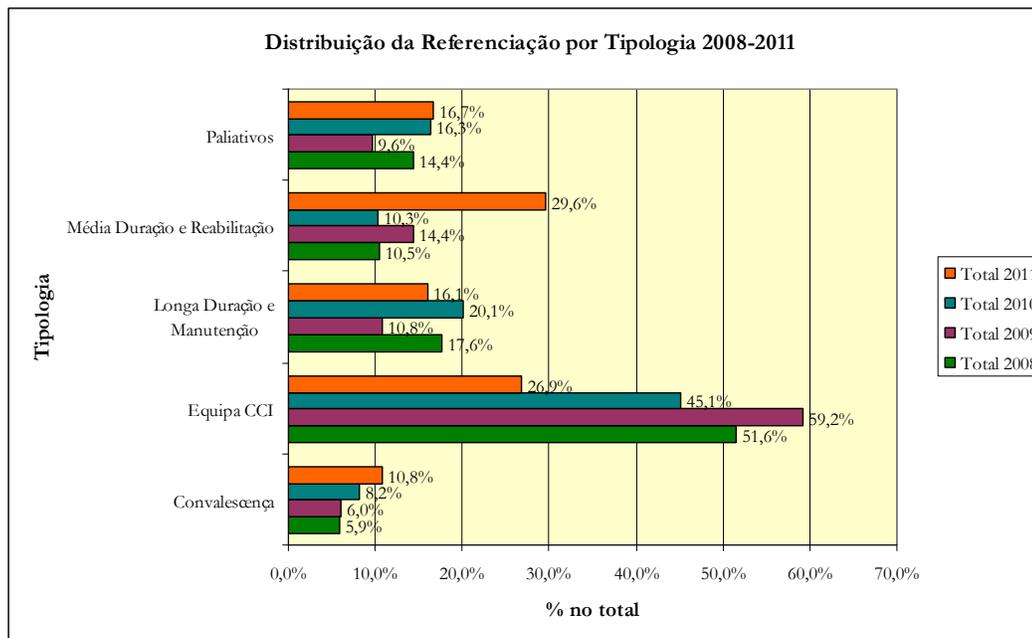
Inicialmente, o enfoque foi dado ao número de doentes que eram referenciados para a RNCCI, mas a constante insistência da parte dos hospitais, que se viam confrontados com a elaboração da referenciação, mas com fraca resposta da rede, terá sido uma das razões que fez mudar o âmbito do indicador em 2011, passando a ter-se em conta a eficiência do processo de referenciação. De facto, passaram os hospitais a ser avaliados em função do tempo (mediana) entre a data do internamento do doente e a sua sinalização para a RNCCI, que teve em 2011 como valor de referência 10 dias.

Nesta sequência, os hospitais integrantes do centro hospitalar redefiniram internamente a estratégia de referenciação para a RNCCI, redimensionando a equipa de Prestação de Cuidados Continuados, que integra o Núcleo de Apoio Domiciliário (Enfermeiros e Ajudantes de Família) e reforçaram a Equipa de Gestão de Altas.

Tendo em atenção a importância desta matéria, analisamos a evolução da distribuição da referenciação por tipologia (Gráfico 1) e a evolução da percentagem de colocação de doentes por tipologia (Gráfico 2) ao longo do período de 2008/2011

Avaliando a referenciação realizada tendo em conta as tipologias de resposta, verificamos no Gráfico 1, que o maior volume de referenciação foi feito para a Equipa Cuidados Continuados integrados (ECCI) ao longo do primeiro triénio de avaliação. No entanto, em 2011, verificou-se uma alteração da distribuição, passando a tipologia de Média Duração e Reabilitação a assumir a primazia da referenciação Interna. A tipologia que apresenta menor volume de doentes referenciados é a de Cuidados de Convalescência, seguida dos Cuidados Paliativos.

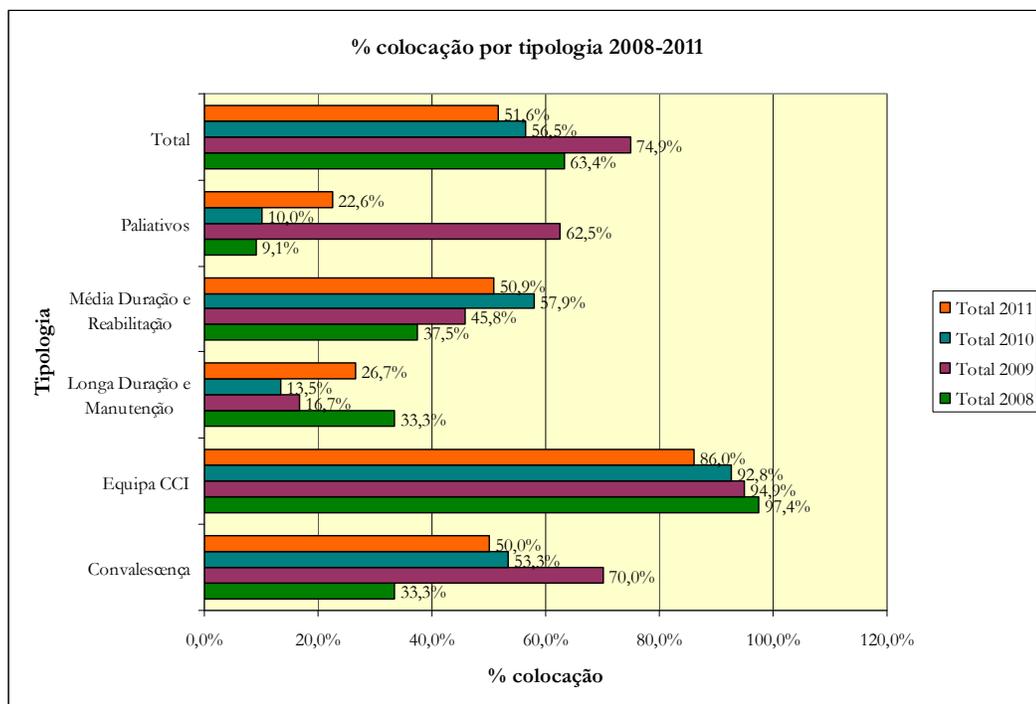
Gráfico 1 – Distribuição da Referenciação por Tipologia: 2008-2011



Relativamente à capacidade de resposta em termos de colocação dos doentes referenciados que a RNCCI apresentou ao longo destes 4 anos, apresenta-se o Gráfico 2 essa evolução, no qual se torna patente que a RNCCI reduziu a sua capacidade de resposta ao longo do período em análise, tendo em 2008 apresentado uma capacidade de 63,4%, e em 2011 de 51,6%.

A tipologia que apresenta maior capacidade de resposta ao longo de todo o período em análise é a ECCI, seguida pela Média Duração e Reabilitação. Globalmente, a tipologia de cuidados com menor capacidade de colocação foi a de Cuidados Paliativos, apesar de em 2009 ter apresentado um resultado elevado, fruto da abertura de diversas unidades para este tipo de cuidados.

Gráfico 7 – Evolução da percentagem de colocação por tipologia: 2008-2011.



Ainda nesta área, o ano de 2010 marcou a entrada em funcionamento de uma Unidade de Cuidados Continuados de Cuidados Paliativos a funcionar no espaço físico do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, dotada inicialmente de 8 camas, tendo actualmente uma lotação de 10 camas. A unidade está a funcionar desde Abril de 2010 e tratou 28 doentes em 2010, tendo sido tratados em 2011 52 doentes.

2.2 - Análise da envolvente interna que fundamenta a estratégia do Hospital



O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE integra os Hospitais Nossa Senhora do Rosário, EPE, Barreiro e o Hospital Distrital do Montijo, totalizando uma lotação de 374 camas e abrangendo uma área de influência de cerca de 214.000 habitantes.

O Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE dá resposta à procura de cuidados de Saúde de utentes proveniente essencialmente dos concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, ainda que para a área da Radioterapia se preste cuidados a doentes provenientes de outras localidades, referenciados pelos Centros Hospitalares de Setúbal, CHLO, CHLC e IPO de Lisboa, entre outros.

Em actividade permanente mantém:

- Serviço de Urgência (Básica, Geral, Pediátrica e Obstétrica/Ginecológica) e Unidade de Cuidados Intensivos;
- Bloco Operatório e Bloco de Partos (Urgência Obstétrica/Ginecológica)
- Serviços de Internamento
- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica nas áreas de Imagiologia, Imunohemoterapia e Patologia Clínica.
- Serviços Farmacêuticos

Em horário diurno funcionam ainda Consulta Externa (8:00 – 18:00), Unidade de Exames Especiais, Unidade Oncológica (assegurando também o atendimento não programado para situações de Urgência a doentes em regime de quimioterapia até às 20h) Anatomia Patológica, Medicina Física e Reabilitação e Radioterapia (8:00 – 23:00). No Quadro seguinte apresentamos as especialidades/valências existentes no Centro Hospitalar.

Temos ainda a funcionar os Hospitais de Dia de Oncologia, Infecçiology, Diabetologia, Auto-Imunes, Pneumologia, Urologia, Pediatria, Imunohemoterapia e Psiquiatria.

QUADRO I - Especialidades e Valências Existentes

| Áreas | Internamento | | Cons. Externa | | Urgência | | Hosp. Dia | | MCDT | | | |
|----------------------------|--------------------------------------|--------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|-------------|----------------------------|----------------------------|--|--|
| | Barreiro | Montijo | Barreiro | Montijo | Barreiro | Montijo | Barreiro | Montijo | Barreiro | Montijo | | |
| Médica | Cardiologia | | Cardiologia | Cardiologia | Urgência Médico-Cirúrgica | | | | | | | |
| | | | Dermatologia | Dermatologia | | | | | | | | |
| | Infecçologia | | Infecçologia | | | | | | Infecçologia | | | |
| | UCI Polivalente | | Gastroenterologia | | | | | | | | | |
| | Neurologia | | Neurologia | | | | | | | | | |
| | Med. Interna | Med. Interna | Med. Interna | Med. Interna | | | | | Diabetologia e Auto-Imunes | | | |
| | Oncologia | | Oncologia | | | | | | Oncologia | | | |
| | Pneumologia | | Pneumologia | | | | | | Pneumologia | | | |
| | Imuno-Alergologia | | Imuno-Alergologia | | | | | | | | | |
| | Pediatria | | Pediatria | Pediatria | | | Urgência Pediátrica | | Pediatria | | | |
| Neonatologia | | Pedopsiquiatria | | | | | | | | | | |
| | | Psicologia Clínica | | | | | | | | | | |
| Cirúrgica | Cirurgia Geral | | Cirurgia Geral | Cirurgia Geral | Geral | Urgência Básica | | | | | | |
| | Cir. Plástica e Reconstructiva | | Cir. Plástica e Reconstructiva | Cir. Plástica e Reconstructiva | | | | | | | | |
| | Oftalmologia | | Oftalmologia | Oftalmologia | | | | | | | | |
| | ORL | | ORL | | | | | | | | | |
| | Urologia | | Urologia | Urologia | | | | | Urologia | | | |
| | Ortopedia | | Ortopedia | Ortopedia | | | | | | | | |
| | Ginecologia | | Ginecologia | | | | Urgência Gin./Obst | | | | | |
| | Obstetrícia | | Obstetrícia | | | | | | | | | |
| | | Anestesiologia | | Geral | | Terapia da Dor | | | | | | |
| Psiquiatria e Saúde Mental | Psiquiatria | | Psiquiatria | Psiquiatria | Geral | | Psiquiatria | Psiquiatria | | | | |
| | Unid. Int. Curta Duração Psiquiatria | | Psicologia Clínica | | | | | | | | | |
| MCDT | | | Imunohemoter. | | Geral | | Imunohemoterapia | | Imunohemoter | | | |
| | | | Med. Física e Reabilitação | Med. Física e Reabilitação | | | | | Med. Física e Reabilitação | Med. Física e Reabilitação | | |
| | | | Radioterapia | | | | | | Radioterapia | | | |
| | | | Anatomia Patológica | | | | | | Imagiologia | Imagiologia | | |
| | | | | | | | | | Pat. Clínica | Pat. Clínica | | |
| | | | | | | Anatomia Patológica | | | | | | |

Funciona na estrutura física do CHBM, no Hospital do Barreiro, uma unidade de Cuidados Paliativos, integrada na RNCCI, com uma lotação de 10 camas.

Dispomos, ainda de Apoio Domiciliário, na área da Psiquiatria.

Na área da Urgência mantivemos a funcionar a triagem de Manchester, na unidade hospitalar do Barreiro, com o objectivo de qualificar o tipo de doentes que acede a esta estrutura de cuidados, por forma a permitir que a assistência a ser prestada, após a realização da triagem, possa ser realizada em função do estado clínico do doente e não em observância ao critério da ordem de chegada.

Na área dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica mantemos um Protocolo com a Sub-Região, no sentido de oferecer aos Centros de Saúde da área de influência acesso privilegiado a um conjunto de técnicas, como sejam na área da Anatomia Patológica (ao nível das Citologia, que mantém uma muito forte adesão por parte dos Centros de Saúde, graças aos altos padrões de qualidade, associado à rapidez de resposta), Endoscopias Digestivas Altas e Baixas, Cardiotocografia Fetal, Ecografias Morfológicas, também bastante solicitado por parte dos Centros de Saúde.

Somos a única Instituição de Saúde do SNS no sul do país a dispor do ciclo completo de intervenção ao nível oncológico, com cirurgia especializada, Quimioterapia e Radioterapia. No entanto, não dispomos de Ressonância Magnética, Litotricia, Angiografia, Angioplastia Coronária e Exames de Hemodinâmica. Relativamente à área de Hemodinâmica, está vigente um protocolo de referenciação com o Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, onde existe já a técnica montada com equipamento, para a referenciação dos nossos doentes.

Para tal, afectámos um Cardiologista do nosso mapa de pessoal para aquele Centro Hospitalar. Damos ainda resposta a exames de Cardiologia Fetal e Pediátrica.

2.2.1 Actividade mais significativa em 2011

O ano de 2011 foi um ano marcado pela Qualidade. O CHBM foi convidado para integrar o Projecto europeu DUQuE, desenvolvido em parceria pela Sociedade Portuguesa para a Qualidade na Saúde e pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar.

Em Julho, os Serviços Farmacêuticos foram certificados pela SGS através da norma NP EN ISO 9001/2008, pelas actividades de "Gestão de stocks de medicamentos e outros produtos farmacêuticos, preparação de medicamentos (reembalagem e manipulados), validação de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos farmacêuticos aos clientes internos, e em ambulatório e farmacocinética".

Por seu turno, os serviços de Aprovisionamento e de Radioterapia renovaram a sua certificação. O primeiro através da norma ISO 9001/2008 no âmbito da "Gestão e controlo de stocks e aquisição de bens e serviços necessários à actividade do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE", e o segundo através da norma ISO 9001/2008 pelas actividades de "Planeamento, Administração e Controlo de Radioterapia Externa em Doentes de Foro Oncológico".

Para melhorar as condições de trabalho para os profissionais de saúde e de atendimento para os utentes, o Serviço de Imunohemoterapia sofreu obras de beneficiação. Com a abertura das novas instalações em Junho de 2011, o Serviço aumentou a sua capacidade de resposta, indo ao encontro das necessidades da comunidade que servimos.

2.3 – Missão da Entidade

O CHBM, EPE. Tem como missão assegurar os cuidados de saúde ao nível de educação, promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, garantindo a qualidade e a equidade aos cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.

Para tal, promove de forma sistemática a satisfação dos utentes, dos profissionais e da comunidade, respeitando o ambiente e procurando sinergias com outras instituições.

2.4 - Valores e Objectivos

Visão

Ser um hospital de excelência para a comunidade e uma referência nacional

Objectivos Institucionais

- Profissionalismo;
- Humanismo;
- Inovação;
- Rigor;
- Eficiência;
- Responsabilidade.



3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Presidente – Eng.^a Izabel Maria Nunes Rodrigues Daniel Pinto Monteiro

Vogal – Dr. Ruben José de Almeida Martins Raposo

Vogal – Dr.^a Nina Moreira Pires de Sousa Santos e Geraldês Rodrigues

Direcção Técnica

Director Clínico – Dr.^a Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues

Enfermeira Directora – Enf.^a Maria Helena Ferreira de Almeida

Fiscal Único

Efectivo – ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC

Representante – Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Suplente – Reinaldo Soares, Rogério Coelho e José Jacob, SROC

Representante – Dr. Rogério Carlos Guedes Coelho

4 . GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1 – Missão, Objectivos e Politicas da Organização

4.1.1 – Missão da Entidade

Assegurar os cuidados de saúde ao nível de educação, promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, garantindo a qualidade e a equidade aos cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.

Para tal, promove de forma sistemática a satisfação dos utentes, dos profissionais e da comunidade, respeitando o ambiente e procurando sinergias com outras instituições.

4.1.2 - Objectivos

O reforço das políticas que visam a melhoria da organização e a progressiva alteração da cultura centrando no utente/doente toda a lógica de funcionamento do Hospital e a sua sustentabilidade económica e financeira a curto e médio prazo.

Sublinham-se três vertentes fundamentais, o aumento da acessibilidade através da permanente articulação com os Centros de Saúde para diminuição das listas de espera de consultas e alargamento do horário de actividade do Bloco Operatório de modo a dar resposta á lista de espera cirúrgica.

O cumprimento das metas de produção de eficiência, produtividade e qualidade previstas no Plano de Desempenho.

Garantir a sustentabilidade económico-financeiro médio e longo prazo.

4.1.3 – Políticas da Organização

São políticas do hospital a necessidade de estabelecer um compromisso sério entre a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e a garantia da sustentabilidade económica e financeira do Hospital, num ambiente macro económico de contenção orçamental.

A crescer a este ambiente, sublinhamos a crescente "ebulição" do mercado de recrutamento de recursos médicos, com notórios desequilíbrios entre a oferta e a procura em algumas especialidades tendendo a empolar custos e a condicionar respostas técnicas adequadas em tempo oportuno.

A insuficiente resposta na área dos cuidados continuados vai continuar a sobrecarregar os hospitais de agudos, obrigando-os a disponibilizar recursos para esta área.

Este quadro vai obrigar as equipas de gestão a um forte reforço das políticas de racionalização e de optimização dos recursos disponíveis, monitorizando permanentemente os níveis de eficiência e de eficácia dos indicadores assistenciais e de gestão, no sentido de garantir capacidade de respostas adequadas no plano assistencial e o rigoroso cumprimento das metas orçamentais negociadas.

O desafio colocado é a compatibilização destes efeitos, alguns de sinal contrário, obrigando a definir uma linha de gestão estrategicamente equilibrada que cumpra o desígnio principal do Hospital, prestar cuidados de saúde de elevada qualidade, garantindo a sustentabilidade económica/financeira a curto e médio prazo.

Como nota final sublinhamos o desenvolvimento do princípio da complementaridade entre Organizações de Saúde, como eixo fundamental para potenciar e otimizar os recursos existentes, com particular evidência nos Serviços de Urgência.

4.2 – Regulamentos a que a organização está sujeita

O Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, transformou o Hospital em Entidade Pública Empresarial, integrada no Serviço Nacional de Saúde e tutelada pelos Ministérios da Saúde e das Finanças. Esta entidade é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

O CHBM, EPE foi criado por fusão do Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE com o Hospital do Montijo através do Decreto-Lei n.º 280/2009 de 6 de Outubro, e rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes deste decreto-lei, e dos seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas aqui previstas.

4.3 – Transacções relevantes com entidades relacionadas

As transacções mais relevantes com entidades relacionadas, decorrem do serviço prestado aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, de acordo com as regras definidas no contrato programa.

No âmbito do Contrato Programa estabelecido para 2011, no valor global de 55,8 milhões de euros, distribuído pelas seguintes rubricas:

(em euros)

| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SNS | |
|------------------------------------|-------------------|
| | 2011 |
| Internamento | 21.379.504 |
| Cirurgia do Ambulatório | 2.040.124 |
| Consulta Externa | 10.207.449 |
| Urgência | 8.856.869 |
| Hospitais de Dia | 2.736.730 |
| Ambulatório Médico | 7.064.926 |
| Psiquiatria - Crónicos | 0 |
| Verba Convergência | 0 |
| Outros | 3.532.664 |
| TOTAL - SNS | 55.818.265 |

4.4 – Transacções relevantes com outras entidades

As aquisições de bens e serviços regem-se pelas normas de direito privado, sem prejuízo da aplicação das directivas comunitárias, cumprindo o princípio da livre concorrência.

Os contratos de empreitadas de obras públicas regem-se pelas normas estabelecidas pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.

As transacções relevantes com outras entidades, são as seguintes:

(em euros)

| Nome | Descrição | Valor |
|------------------------------------|-----------------|-----------|
| Roche Farmaceutica | Matérias Primas | 2.616.156 |
| Gilead Sciences,Lda | Matérias Primas | 2.169.387 |
| Abbott Laboratórios, Lda | Matérias Primas | 1.393.458 |
| Uniself, Lda. | Serviços | 934.607 |
| Zucotec – Soc. Construções | Obras | 928.554 |
| Merck, S.A. | Matérias Primas | 750.439 |
| Roche – Sist. De Diagnóstico, Lda. | Matérias Primas | 670.769 |
| Number One – Multi Services, Lda. | Serviços | 653.675 |
| Novartis Farma, SA | Matérias Primas | 624.445 |
| B.Braun Medical, Lda. | Matérias Primas | 676.171 |
| Laboratórios Pfizer, SA | Matérias Primas | 566.906 |

4.5 – Indicação do modelo de governo e indicação dos membros dos Órgão Sociais.

4.5.1 – Modelo de governo

De acordo com os estatutos, são órgão sociais do hospital, o Conselho de Administração, o Fiscal Único e o Conselho Consultivo, cuja composição, mandato e competências são reguladas pelo Decreto-lei nº 233/2005 de 29 de Dezembro.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, nomeado pelo despacho nº 15971/2011 de 24 de Novembro, com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2011, com as seguintes funções e responsabilidades:

Izabel Maria Nunes Rodrigues Daniel Pinto Monteiro – Presidente do Conselho de Administração - Coordena a actividade do Conselho de Administração, garante a execução das deliberações aprovadas, representa o hospital em juízo e fora dele.

Sinopse curricular

Licenciada em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico no ano lectivo de 1973-1974. Frequentou o 6º curso de Administração Hospitalar que viria a terminar em 1977.

Iniciou funções como administradora do Hospital Distrital da Covilhã, em Setembro daquele ano, funções que viria a exercer até Maio do ano seguinte.

Em Maio de 1978 integrou a equipa de trabalho incumbida de reorganizar o recém-criado Centro Hospitalar de Gaia.

Em Agosto de 1979, ingressou nos Hospitais Civis de Lisboa, onde exerceu funções de administradora do Hospital do Desterro desde 1985 a 1988.

Na sequência da decisão política de integrar o Hospital de desterro na administração do Hospital dos Capuchos, passou a exercer funções como directora dos Serviços Financeiros do Hospital de São José em Novembro de 1988.

Em 1994 iniciou funções na Direcção Geral da Saúde, como subdirectora-geral.

Iniciou em 1994 e manteve até 2002 a representação de Portugal no Subcomité de Economia e Planeamento do HOPE, tendo sido vice-presidente durante os dois últimos anos.

Em 1996 passou a exercer funções de administradora delegada no Hospital de Santa Marta. Desde Dezembro de 2003 exerce funções no Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE, como vogal do Conselho de Administração.

O Vogal do Conselho de Administração, nomeado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e Ministro da Saúde, a 31 de Agosto de 2009, com efeitos a partir 1 de Setembro de 2009.

Nina Moreira Pires de Sousa Santos e Geraldês Rodrigues – Vogal do Conselho de Administração

Sinopse curricular

Mestre em Gestão da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa;

Pós-graduada em Direito da Saúde, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;

Pós-graduada em Ciências Jurídico-Administrativas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduada em Direito na Sociedade da Informação, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Fevereiro de 2009-... - Chefe de Gabinete de Assuntos Jurídicos, Ética e Responsabilidade da Direcção-Geral da Saúde;

Agosto de 2007 – Fevereiro de 2009 – Chefe da Divisão de Recursos da Direcção-Geral da Saúde;

Janeiro de 2006 – Julho de 2007 – Assessora Jurídica da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde;

Março de 2003 – Dezembro de 2005 – Coordenação da área jurídica na Unidade de Missão Hospitais, S.A., e assessoria em assuntos internos de pessoal e compras;

Fevereiro de 2002 – Março 2003 – Jurista no Gabinete Jurídico e do Contencioso do Departamento da Modernização e Recursos da Saúde;

Setembro de 1997 – Janeiro de 2002 – Jurista no Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde (Divisão de Ensino e Divisão de Carreiras e Exercício Profissional);

Abril de 1996 – Setembro de 1997 – Colaboração com a Sociedade de Advogados J. Vaz Serra de Moura & Assoc.;

Maio de 1996 – Outubro de 1997 – Apoio ao serviço do Gabinete de Consulta Jurídica do Ministério da Justiça;

Janeiro de 1996 – Outubro de 1997 – Estágio na Ordem dos Advogados.

Ruben José de Almeida Martins Raposo – Vogal do Conselho de Administração

Sinopse curricular

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Doutoramento em Gestão, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

De 1980 a 1983, Director do Gabinete de Relações Laborais da Tabaqueira;

De 1983 a 1984, Director de Recursos Humanos da Companhia Nacional de Navegação;

De 1984 a 1986; Director de Recursos Humanos do Grupo Beryrand;

De 1986 a 1983, Director da Formação da Partex;

De 1993 a 1996; Director-adjunto do Pessoal do Banco Pinto & Sotto Mayor;

De 1996 a 2003; Professor Universitário no Instituto Politécnico de Portalegre, regendo as cadeiras de Economia, Introdução à Gestão e Gestão de Recursos Humanos;

De 1998 a 2003, Gestor e liquidatário judicial do Distrito Judicial de Évora;

Desde 1996, professor auxiliar na Universidade Lusíada, regendo as cadeiras de Economia Portuguesa e Europeia, Economia Europeia, Economia do Trabalho, Economia Industrial, Sindicalismo, Legislação laboral e Comunitária;

Actualmente rege as cadeiras de Economia Portuguesa, Economia Europeia e Legislação Laboral e Comunitária;

Desde 2004, professor auxiliar no Instituto Superior de Gestão, regendo as cadeiras de Gestão de Recursos Humanos, Ética e Responsabilidade Social e Desenvolvimento Cultural e Social e professor universitário na Universidade Lusófona, leccionando o Mestrado de Comunicação das Organizações;

Em 2005 a 2006, consultor em Finanças Públicas e Orçamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues – Directora Clínica – Coordena a assistência e a qualidade dos cuidados de saúde prestada aos doentes.

Sinopse curricular

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa (1990);
Internato geral (1991-1992);
Internato complementar de Pediatria, no Hospital Nossa Senhora do Rosário (1993-1998);
Exame final do Internato de Pediatria, com a obtenção do grau de assistente de Pediatria (1998);
Nomeação na sequência de concurso de provimento, como assistente de Pediatria do quadro do serviço de Pediatria do Hospital Nossa Senhora do Rosário (1999);
Ciclo de estudos especiais de Neuropediatria, no serviço de neurologia pediátrica do Hospital de Dona Estefânia (2003-2005);
Exame final do ciclo de estudos de Neuropediatria, com obtenção da subespecialidade de Neuropediatria (2005);
Admitida ao curso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica (2005);
Obtenção da categoria de assistente hospitalar graduada (2008);

Maria Helena Ferreira de Almeida – Enfermeira Directora – Compete a coordenação técnica da actividade de enfermagem, velando pela qualidade da prestação de cuidados aos doentes da Unidade do Barreiro.

Sinopse curricular

Mestre em Intervenção Sócio-Organizacional na Saúde, área de especialização em Políticas de Administração e Gestão de Serviços de Saúde, curso obtido na Universidade de Évora, 2007-2009;
Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração de Serviços de Enfermagem, obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, 1995-1997;
Curso de especialização em Enfermagem de Reabilitação, obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, 1987-1989;

Curso de enfermagem geral, obtido na Escola de Enfermagem D. Ana Guedes, 1975-1978.
Categoria profissional - Enfermeira supervisora, nível 3, integra o quadro de pessoal do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.

De Janeiro de 2001 até ao momento, desempenha funções de enfermeira directora no Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE;

De Março de 2003 a Setembro de 2005, desempenhou funções de enfermeira supervisora na Sub-Região de Saúde de Setúbal, na Unidade de Saúde do Barreiro;

De Outubro de 2000 a Março de 2003, desempenhou funções de enfermeira directora no Hospital Nossa Senhora do Rosário;

De Setembro de 1991 a Outubro de 2000, desempenhou funções de enfermeira chefe na unidade de cuidados intensivos do HNSR;

De 1989 a Setembro de 1991, desempenhou funções de enfermeira especialista em enfermagem de reabilitação no serviço de especialidades médicas do HNSR;

De 1980 a 1987, desempenhou funções de enfermeira no serviço de urgência no HNSR.

De 1978 a 1980, desempenhou funções de enfermeira no serviço de Cirurgia 4.2 do Hospital São José, Lisboa.

Fiscal Único

O Fiscal Único, nomeado por despacho do Ministro das Finanças, a 21 de Fevereiro de 2006, com efeitos a partir 31 de Dezembro de 2005, com a seguinte composição:

Fiscal Único: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa SROC nº 115, representado pelo Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, ROC nº 681

Fiscal Suplente: Reinaldo Soares, Rogério Coelho e José Jacob, SROC nº 162, representado pelo Dr. Rogério Carlos Guedes Coelho, ROC nº 787

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|----------------------------------|--|------------|-----------|
| Conselho de Administração | | | |
| Presidente | Izabel Maria Nunes Rodrigues Daniel Pinto Monteiro | 20/06/2011 | 2011/2013 |
| Vogal Executivo | Nina Moreira Pires de Sousa Santos e Geraldês Rodrigues | 20/06/2011 | 2011/2013 |
| Vogal Executivo | Ruben José de Almeida Martins Raposo | 20/06/2011 | 2011/2013 |
| Directora Clínica | Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues | 20/06/2011 | 2011/2013 |
| Enfermeira Directora | Maria Helena Ferreira de Almeida | 20/06/2011 | 2011/2013 |
| Fiscal Único | | | |
| | ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC | 13/04/2012 | 2011/2013 |

Mandato I – 2011

Estatuto remuneratório fixado - Conselho de Administração

Presidente – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei n° 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei n° 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto n° 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal íliquido de 3.993,97 euros, 14 vezes por ano, acrescido de despesas de representação no valor de 1.471,46 euros, 12 vezes por ano.

Vogal Executivo – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei n° 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei n° 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto n° 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal ilíquido de 3.473,02 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

Directora Clínica – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal ilíquido de 3.924,23 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

Enfermeira Directora – O estatuto remuneratório é decorrente do regime jurídico do sector empresarial do estado, decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro e do estatuto do gestor público, decreto-lei nº 71/2007 de 27 de Março, bem como despacho conjunto nº 351/2006, publicado do DR de 26 de Abril.

Remuneração mensal ilíquido de 3.473,02 euros, 14 vezes por ano, despesas de representação de 1.096,74 euros, 12 vezes por ano.

Fiscal Único

Remuneração anual – 10.773,00 €

Ano - 2011

| Conselho de Administração | Presidente | Vogal Executivo | Vogal Executivo | Directora Clínica | Enfermeira Directora |
|--|------------|-----------------|-----------------|-------------------|----------------------|
| 1. Remuneração | | | | | |
| 1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€) | 68.108 | 57.031 | 52.278 | 62.445 | 57.031 |
| 1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€) | 2.523 | 2.193 | 2.011 | 2.193 | 2.193 |
| 1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | 6.559 | 5.484 | 5.027 | 5.599 | 5.754 |
| 1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€) | 59.027 | 49.353 | 45.241 | 54.653 | 49.083 |
| 1.5. Senha de presença (€) | | | | | |
| 1.6. Acumulação de funções de gestão (€) | | | | | |
| 1.7. Remuneração variável (€) | | | | | |
| 1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€) | | | | | |
| 1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| - Subsídio de Férias e Natal Fixa (€) | 8.408 | 7.312 | 7.312 | 8.214 | 7.312 |
| - Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€) | 420 | 366 | 366 | 366 | 366 |
| - Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | 778 | 611 | 611 | 756 | 611 |
| - Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€) | 7.210 | 6.335 | 6.335 | 7.093 | 6.335 |
| 2. Outras regalias e compensações | | | | | |
| 2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€) | | | | | |
| 2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€) | | | | | |
| 2.3. Subsídio de deslocação (€) | | | | | |
| 2.4. Subsídio de refeição (€) | 905 | 944 | 892 | 773 | 884 |
| 2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| 3. Encargos com benefícios sociais | | | | | |
| 3.1. Regime de Proteção Social (€) | 8.810 | 11.641 | 5.363 | 8.733 | 6.286 |
| 3.2. Seguros de saúde (€) | | | | | |
| 3.3. Seguros de vida (€) | | | | | |
| 3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€) | | | | | |
| 3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| 4. Parque Automóvel | | | | | |
| 4.1. Marca | Volkswagen | Peugeot | Mercedes | | |
| 4.2. Modelo | Passat | 407 | C-180 | | |
| 4.3. Matrícula | 48-LN-77 | 98-AL-47 | 57-38-XU | | |
| 4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing) | Aquisição | Aquisição | Aquisição | | |
| 4.5. Valor de referência da viatura nova (€) | 38.400 | 34.797 | 35.000 | | |
| 4.6. Ano Início | 2011 | 2005 | 2004 | | |
| 4.7. Ano Termo | | | | | |
| 4.8 N.º prestações (se aplicável) | | | | | |
| 4.9. Valor Residual (€) | | | | | |
| 4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€) | | | | | |
| 4.11. Combustível gasto com a viatura (€) | 1.967 | 5.304 | 2.687 | | |
| 4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€) | 6.000 | 6.000 | 6.000 | | |
| 4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| 5. Informações Adicionais | | | | | |
| 5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n) | Não | Não | Não | sim | Não |
| 5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€) | | | | | |
| 5.3. Regime de Proteção social | | | | | |
| 5.3.1. Segurança social (s/n) | Não | sim | Não | Não | Não |
| 5.3.2. Outro (indicar) | CGA | | CGA | CGA | CGA |
| 5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n) | | | | | |
| 5.5. Outras (identificar detalhadamente) | | | | | |

| | |
|--------------------------------|--------|
| Fiscal Único | 2011 * |
| Remuneração anual auferida (€) | 10.773 |

* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM X Não ___

4.6 – Obrigações do serviço público

A actividade da entidade está orientada no sentido de contribuir para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público e para a obtenção de níveis adequados de satisfação das necessidades da população.

4.7 – Termos contratuais da prestação de serviço público

Os termos contratuais da prestação de serviço público rege-se pela celebração de contratos-programa com a tutela, através dos seus representantes, que se baseia em princípios de gestão criteriosa, garantia de critérios, qualidade na prestação de cuidados de saúde e cumprimentos de metas de acordo com os recursos disponíveis.

4.8 – Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público

O Hospital é financiado nos termos da base XXXIII da Lei de Bases da Saúde, com as alterações introduzidas pela lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro.

O pagamento dos actos e actividades do Hospital pelo Estado é feito através de Contratos Programa celebrados com o Ministério da Saúde no qual se estabelecem os objectivos e metas qualitativas e quantitativas, sua calendarização, os meios e instrumentos para os prosseguir, designadamente de investimento, os indicadores para avaliação do desempenho dos serviços e do nível de satisfação dos utentes e as demais obrigações assumidas pelas partes, tendo como referencial de preços os praticados no mercado para os diversos actos clínicos.

4.9 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

O CHBM, EPE, perfilando-se como uma empresa prestadora de serviços de saúde de excelência à população da sua área de atracção, procura garantir a acessibilidade aos doentes da sua carteira de serviços e assegurar o necessário desenvolvimento técnico e tecnológico.

Nesta linha, a aquisição de equipamento pesado, a modernização de processos com base nas tecnologias da informação e a ousadia na introdução de novas formas de organização do trabalho, numa lógica de serviço centrado na satisfação do doente, norteiam uma actuação.

Tendo em atenção a envolvente externa que se caracteriza por uma crise económica de dimensão ainda não completamente definida, não podemos deixar de salientar os desafios que são colocados diariamente às administrações dos hospitais:

Por um lado, é um imperativo a cooperação entre os hospitais, sendo necessário trabalhar conjuntamente, sob a égide da ARSLVT, no sentido de definir protocolos de complementaridade que contribuam quer para a garantia da prestação de cuidados de saúde de qualidade, em termos da oferta que disponibilizam à população, quer para a sustentabilidade dos hospitais em matéria de equilíbrio económico-financeiro.

Por outro lado destacamos os seguintes constrangimentos:

- Necessidade de motivação dos profissionais, que vêm convivendo com uma estabilização dos seus proveitos ao longo dos anos;

- *Défice* de profissionais médicos, para cujo decréscimo ainda não se dispõe de instrumentos. As leis de mercado levam a crescentes aumentos dos custos com pessoal médico disponível, contratado para cobertura quer de trabalho urgente, quer para garantia

de prestação de serviços programados (consultas externas, exames de diagnóstico e terapêutica) dificultando o cumprimento dos tectos orçamentais definidos;

- Obrigatoriedade de garantir os prazos de pagamento contratuais, o que leva a que o hospital incorra em despesas com juros, o que reforça a necessidade de gerar mais meios financeiros;

- Inovação técnica, de que destacamos a introdução de novos medicamentos que acarreta um aumento dos custos;

- Confrontação com o facto dos meios financeiros serem escassos e haver a necessidade e obrigação de distribuí-los de forma justa;

Em suma: a necessidade de garantir a sustentabilidade económico-financeira do hospital, sem colocar em causa o seu desenvolvimento.

No plano económico, o CHBM, EPE evidenciou, um desequilíbrio da estrutura de custos face ao orçamento atribuído ao Hospital.

Relativamente aos custos totais cresceram 13,9% face ao orçamentado, apresentando um resultado líquido negativo de 4,4 Milhões de Euros.

4.10 – Avaliação do cumprimento dos princípios do Bom Governo.

No cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março que aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado constante no anexo II do referido diploma, efectuamos a seguinte avaliação:

- 1- O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE procurou cumprir a sua missão e os objectivos determinados no Plano de Actividades para 2011, assente na melhoria contínua dos cuidados de saúde, promovendo o acesso de forma equitativo aos cidadãos.

- 2- O Centro Hospitalar elabora Planos anuais e plurianuais e respectivos orçamentos que submete a aprovação superior.
Nesses documentos são definidas estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, assim como os objectivos a alcançar.
- 3- O Centro Hospitalar preocupa-se em criar um ambiente de oportunidade a todos os seus profissionais, na estrita observação das leis em vigor, contribuindo para o efeito a garantia de igualdade de tratamento e oportunidades entre géneros.
- 4- Anualmente, efectua-se um Relatório de Actividades, donde constam as realizações do ano, quer em termos de produção, como em matéria de desempenho económico-financeiro, incluindo investimentos, avaliando os seus impactes ao nível dos vários indicadores de produção e qualidade estabelecidos em sede de Contrato Programa, que é remetido para os vários organismos da Administração que tutelam e fiscalizam a actividade do Centro Hospitalar.
- 5- O Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE respeita todas as normas, regulamentos e legislação em vigor aplicados à sua área de actuação, pautando-se por um comportamento eticamente irrepreensível, promovendo a acessibilidade, a equidade a todos os cidadãos numa perspectiva de eficiência e melhoria contínua.
- 6- Decorrendo dos valores Institucionais estimulados pelo Centro Hospitalar Barreiro - Montijo, EPE, dos quais enumeramos o Profissionalismo, o Humanismo, a Inovação, o Rigor, a Eficiência e a Responsabilidade, a Instituição define e aplica uma política de formação visando o desenvolvimento e valorização dos seus profissionais.
- 7- Os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços estão definidos na estrita observação da legislação em vigor, procedimentados de acordo com as normas de Qualidade da Norma ISO:9001 e foram de alvo de Certificação. O Serviço de Aprovisionamento do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE encontra-se certificado pela APCER desde 2009.
- 8- O Conselho de Administração pauta a sua actuação por princípios éticos e deontológicos de integridade moral, respeito pelo quadro constitucional e legal na

condução do negócio da organização, não praticando despesas confidenciais e não documentadas.

9- O número de membros dos órgãos de Administração está de acordo com os estatutos dos Hospitais EPE.

10- O Centro Hospitalar possui um modelo de Governo que assegura a efectiva segregação de funções executivas e de fiscalização, visto que conta com a figura do fiscal único exercida por entidade externa, de acordo com os Estatutos dos Hospitais EPE.

11- O Fiscal Único emite anualmente um relatório de fiscalização.

12- As contas do Centro Hospitalar são auditadas por um Revisor Oficial de Contas independente.

13- O Centro Hospitalar mantém um sistema de controlo dos seus activos.

4.11 – Código de Ética

O Hospital está a elaborar o seu código de ética.

6 . ACTIVIDADE 2011

6.1 – Actividade Assistencial Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE

A constituição do Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE, que entrou em vigor a 1 de Novembro, motivou a cessação da actividade dos Hospitais que o passaram a integrar enquanto entidades independentes. Assim, o ano de 2010 corresponde ao primeiro ano completo de actividade deste Centro Hospitalar, pelo que aqui se compararão as actividades realizadas dos anos de 2010 e 2011.

O ano de 2011 continuou a ser marcado pela realização de obras que permitam adequar as estruturas às actividades que vão aí ser instaladas, em concreto, no Hospital do Montijo, para a instalação de unidade de cirurgia do ambulatório, mantendo-se encerrado o bloco operatório daquele hospital.

Foi, igualmente, um ano marcado pela saída de médicos ainda no final de 2010 e início de 2011, o que afectou a produção sobretudo ao nível das consultas externas, situação que fomos tentando colmatar ao longo de todo o ano.

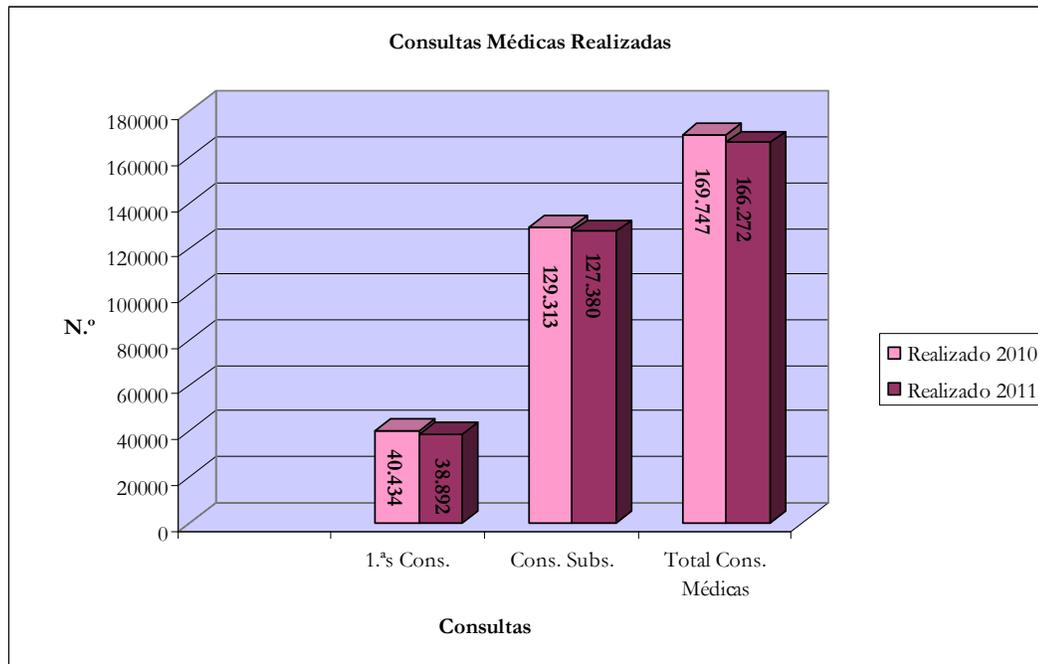
6.1.1 – Consultas Externas

Analisando a actividade desenvolvida apenas no âmbito das Consultas Externas Médicas, no ano de 2011 foram realizadas 166.272 consultas, das quais 38.892 primeiras consultas e 127.380 Consultas Subsequentes, apurando-se uma taxa de acessibilidade de 23.4%



Comparando a actividade realizada em 2011 com o período homólogo, constata-se uma diminuição global de 2% no total das consultas realizadas, dos quais 3,8% nas primeiras consultas e 1,5% nas consultas subsequentes. Destacamos as quebras registadas na actividade realizada nas especialidades de Dermatologia, Psiquiatria e Medicina Física e Reabilitação, que se ficaram a dever à saída de médicos, conforme dito atrás.

Gráfico – Consultas Médicas realizadas 2010/2011



Foram, igualmente, realizadas 17.101 consultas não médicas, das quais 9.212 Consultas de Enfermagem, 5.509 de Psicologia e 2.380 de Nutrição, o que no global destas consultas representa um aumento face ao período homólogo de 94,1%.

No total das Consultas Externas, o Centro Hospitalar Barreiro – Montijo, EPE realizou 183.373 consultas, das quais 42.322 foram primeiras consultas.

6.1.2 – Actividade Cirúrgica

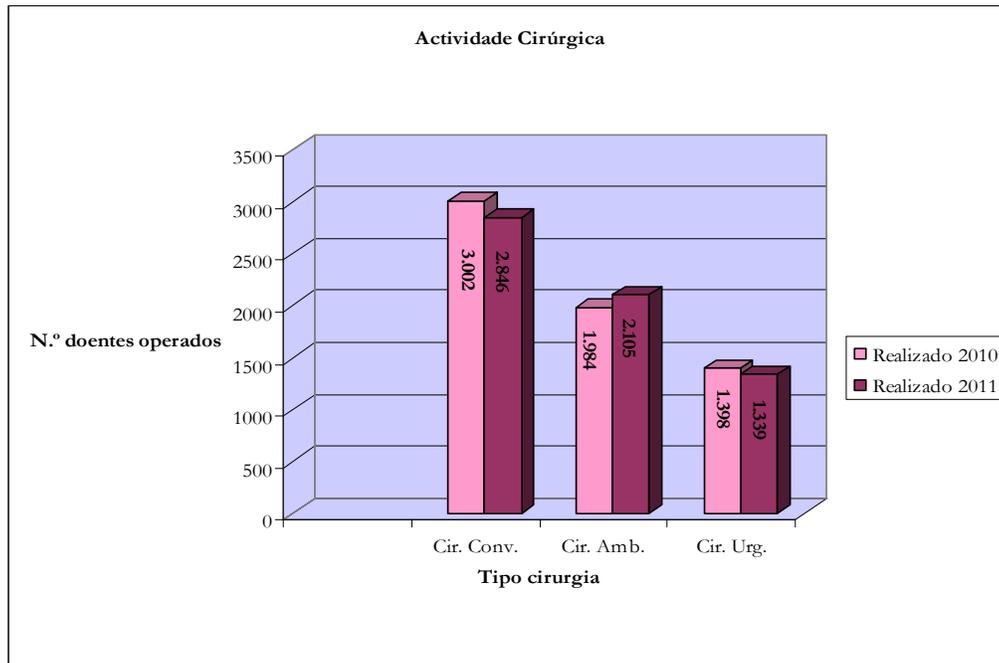
No período em análise, operou-se no Centro Hospitalar 6.290 doentes, dos quais 2.846 em cirurgia convencional, 2.105 doentes em cirurgia do ambulatório e 1.339 doentes operados em Urgência. A actividade cirúrgica programada totalizou 4.951 doentes operados, ficando o peso da cirurgia do ambulatório no total da cirurgia programada em



42,5%, voltando a registar-se um crescimento deste indicador em relação ao período transacto e evidenciando-se a transferência de doentes cirúrgicos para esta modalidade.

Como se disse atrás, durante todo o ano de 2011 o Bloco Operatório do Hospital do Montijo esteve encerrado, a ser sujeito a obras que irão permitir a instalação de um Unidade de Cirurgia do Ambulatório.

Gráfico –Actividade Cirúrgica realizada 2010/2011



6.1.3 – Internamento

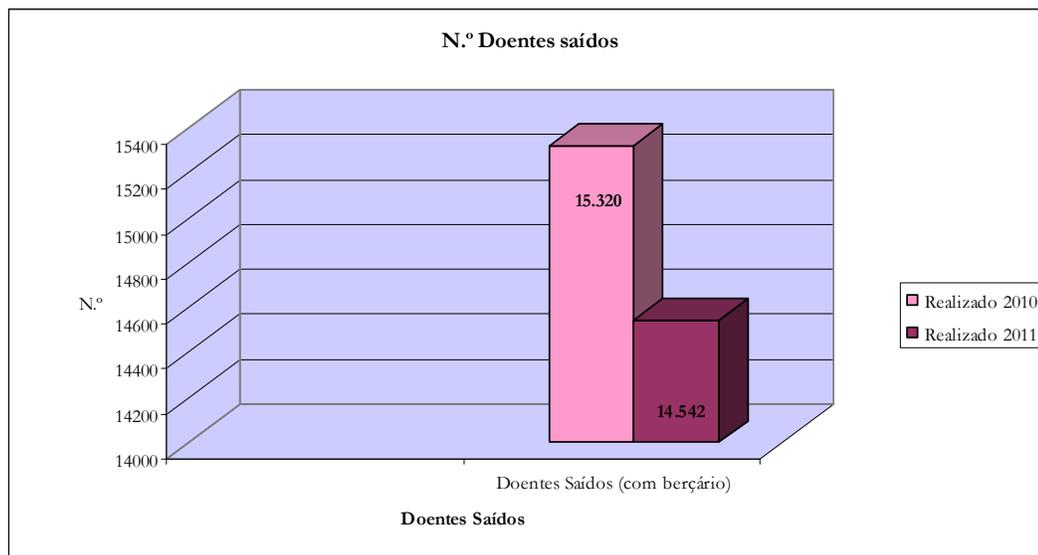
A análise da actividade do Internamento é realizada com base no número de doentes saídos, incluindo a actividade médica, cirúrgica e o Berçário.

No ano de 2011, Centro Hospitalar praticou uma lotação média de 374 camas, mais 30 camas de berçário, registando uma taxa de ocupação de 72.4% (74.8%, sem o Berçário). Registámos 12.845 doentes saídos, acrescidos de 1.697 altas do Berçário, o que totalizou 14.542 doentes com alta, traduzindo um ratio de 36.6 doentes tratados por cama (incluindo o Berçário). A demora média foi de 7.9 dias e incluindo o Berçário este indicador decresce para 7.3 dias.



Face ao ano anterior, o movimento registado no Internamento representa uma diminuição de actividade de 5.1% no número de doentes saídos, tendo-se conseguido melhorar ligeiramente no indicador da demora média, num ano em que o problema da referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e sua deficiente capacidade de resposta se continuaram a fazer-se sentir.

Gráfico –Actividade Internamento realizada 2010/2011



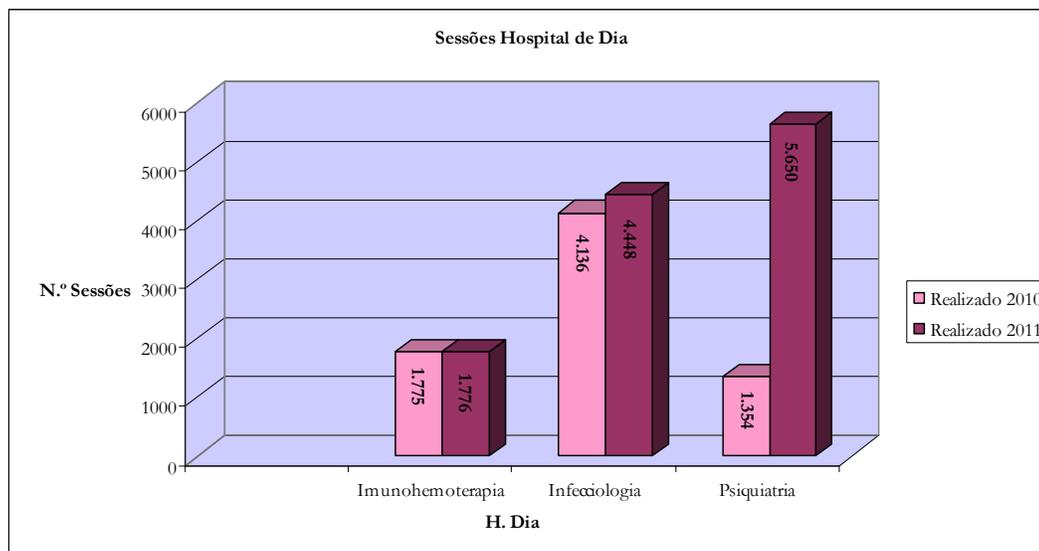
6.1.4 - Hospital de Dia

A actividade desenvolvida em Hospital de Dia registou 29.600 sessões, das quais 4.448 de Infeciologia, 5.650 de Psiquiatria, 1.776 de Imunohemoterapia, 1.487 de Urologia Oncológica, a que acresce 33 sessões de Hospital de Dia de Urologia não Oncológica, 9.020 de Oncologia (com e sem quimioterapia). Agregado no item “Hospitais de Dia – Outros”, realizámos 1.463 de Pediatria, 2.081 de Diabetologia, 149 Auto-Imunes, 3.491 sessões de Pneumologia, 2 de Terapia da Dor.

A contratualização desta linha de produção em 2010 introdução uma alteração de critério importante ao nível do seu financiamento, ao estabelecer que apenas seriam financiadas as

produções da Infecçiology, Imunohemoterapia, Psiquiatria e, relativamente à Oncologia, apenas a actividade que configurasse GDH médico de ambulatório, critério esse mantido em 2011. No Gráfico seguinte, avalia-se, assim, a actividade desenvolvida nos hospitais de dia incluídos na contratualização.

Gráfico – Comparação Actividade Hospitais de Dia realizada 2010/2011



Verificamos que a produção realizada no Hospital de Dia de Imunohemoterapia se manteve praticamente inalterada, enquanto que em Infecçiology se registou um acréscimo de 7.5% face ao ano anterior. O Hospital de Dia de Psiquiatria sofre um aumento bastante significativo, a partir da adopção de medidas de organização diferentes, que incluíram a criação do Hospital de Dia de Psiquiatria no Montijo.

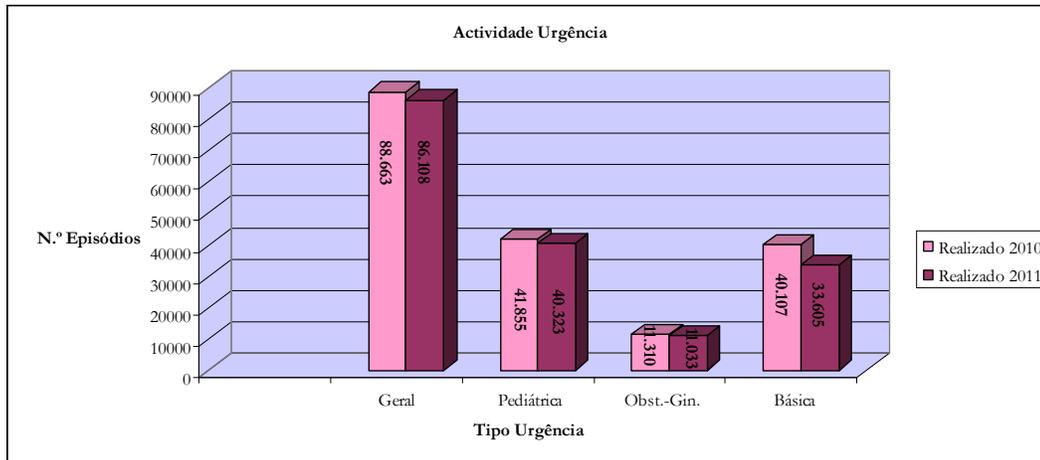
6.1.5 - Urgência

Com a contratualização de 2011 foi introduzida uma distinção entre a Urgência Geral (Hospital do Barreiro) e a Urgência Básica (Hospital do Montijo). Desta forma, passámos a apurar a actividade realizada relativamente à Urgência, nas tipologias de Urgência Geral, Básica, Obstétrica-Ginecológica e Pediátrica.

Registámos 181.069 episódios de Urgência no ano de 2011, dos quais 40.323 na Urgência Pediátrica, 11.033 na Urgência Obstétrica e Ginecológica, 86.108 na Urgência Geral e 33.605 na Urgência Básica.

Esta actividade resulta num decréscimo em todas as tipologias de Urgência, relativamente ao ano de 2010, com especial enfoque para a diminuição verificada na Urgência Básica (-16.2%).

Gráfico – Comparação Actividade da Urgência realizada 2010/2011



6.1.6– Radioterapia

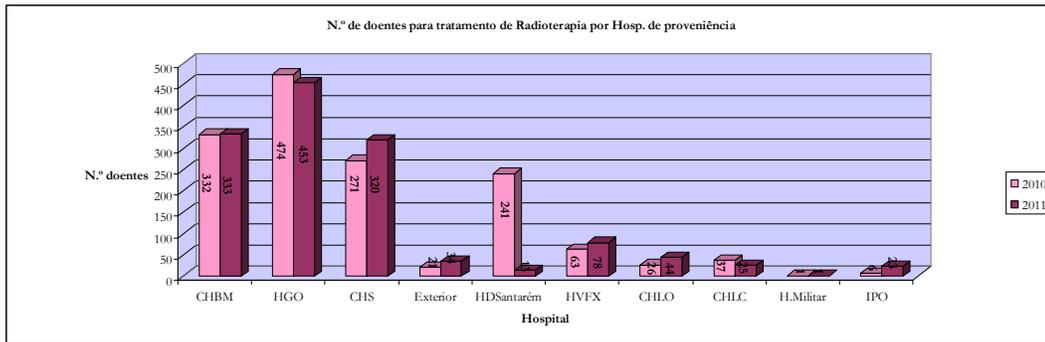
Desde que o Serviço de Radioterapia começou a ser concebido para começar a funcionar neste Centro Hospitalar que sempre se procurou, dentro das capacidades financeiras disponíveis e defendendo a racionalidade de gestão, dotá-lo de equipamentos e técnicas que permitissem dar a melhor e mais atempada resposta aos doentes aqui tratados. Prova disso foi a aquisição do 2.º Acelerador Linear em 2010, que foi adquirido numa perspectiva de procura de diferenciação técnica do Serviço no curto e médio prazo, visando proporcionar respostas revestidas de maior acuidade técnica e, dessa forma, conseguir-se atingir resultados melhores, mais dirigidos e precisos e, com isso, proporcionar maior qualidade aos doentes tratados no serviço. Para o efeito, foram adquiridos equipamentos como o GATING, que visa a aplicação de uma técnica específica para o tratamento do cancro do pulmão, assim como o OBI, para implementação de técnicas mais diferenciadas nos tratamentos de radioterapia (IMRT e IGRT).

Contudo, o ano de 2011 marca a cessação do envio de doentes para tratamento provenientes do Hospital Distrital de Santarém, por força da abertura de uma nova unidade

de Radioterapia naquele Hospital, assim, como uma diminuição generalizada da referenciação dos vários hospitais que esta Unidade de radioterapia serve.

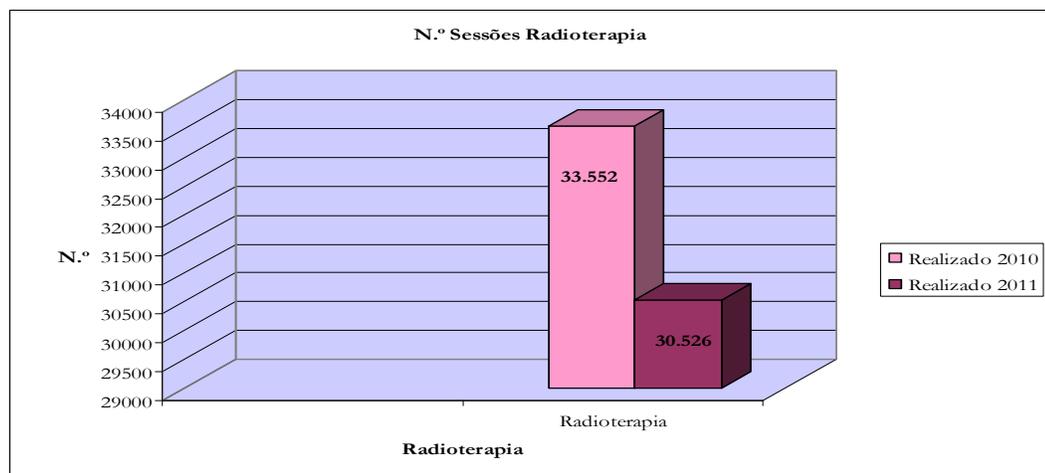
O Gráfico seguinte demonstra precisamente essa situação, evidenciando a diminuição de n.º de doentes referenciados para tratamento nesta unidade de radioterapia.

Gráfico – Evolução do n.º de doentes para tratamento de Radioterapia por Hospital de proveniência – 2010/2011



De facto, de 2010 para 2011, o n.º de doentes referenciados diminuiu em 148 doentes, donde se salientam as diminuições registadas na referenciação pelos Hospitais de Santarém (-228 doentes), Garcia de Orta (-21 doentes) e Centro Hospitalar Lisboa Central (-12 doentes). Este volume de decréscimo não conseguiu ser compensado pelos aumentos verificados dos doentes referenciados pelo Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital Reynaldo Santos (HVFX), CHLO e IPO, com reflexo na produção realizada.

Gráfico – Comparação Actividade Radioterapia realizada 2010/2011



Efectivamente, fruto do que foi referido atrás, o impacte da diminuição do número de doentes referenciados para a Unidade de Radioterapia deste Centro Hospitalar, traduziu-se numa diminuição nos tratamentos realizados na ordem dos 9%, de 33.552 tratamentos realizados em 2010 para 30.526 tratamentos em 2011.

6.2 – Evolução dos Indicadores de Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2011, exerciam funções no CHBM, E.P.E. 1658 efectivos, o que representa uma diminuição de menos 12 funcionários, face ao número apresentado no final do ano anterior de (1670), dos quais 966 com contrato em funções publicas, 70 profissionais (médicos em formação) e 622 com contrato individual de trabalho. No período em referência, registou-se, uma diminuição de 44 CTFP e um aumento de 21 profissionais com contrato individual de trabalho.

De salientar que existem 42 colaboradores em prestação de serviço.

Tipo de Vínculo por todas as Categorias

| GRUPO PROF./VINCULO | Dez.2010 | | | | Dez.2011 | | | TOTAL |
|------------------------------|----------|-----|-----|-------|----------|-----|-----|-------|
| | CTFP | CIP | CIT | Total | CTFP | CIP | CIT | |
| Conselho de Administração | 6 | | | 6 | 5 | | | 5 |
| Dirigente / Técnico Superior | 24 | | 25 | 49 | 23 | | 31 | 54 |
| Médico | 118 | 59 | 71 | 248 | 105 | 70 | 80 | 255 |
| Enfermeiro | 368 | | 191 | 559 | 362 | | 192 | 554 |
| Técnico Diag. Terapêutica | 97 | | 57 | 154 | 97 | | 63 | 160 |
| Assistente Técnico | 125 | | 70 | 195 | 121 | | 70 | 191 |
| Assistente Operacional | 267 | | 179 | 446 | 251 | | 177 | 428 |
| Pessoal Informático | 2 | | 7 | 9 | 1 | | 7 | 8 |
| Outro | 3 | | 1 | 4 | 1 | | 2 | 3 |
| Total Geral | 1010 | 59 | 601 | 1670 | 966 | 70 | 622 | 1658 |

Estrutura etária em 31 de Dezembro de 2011

O nível médio etário diminuiu ligeiramente em relação a 31 de Dezembro de 2010, por influência das faixas etárias dos 20 aos 29. A sua distribuição por grupos sócio profissionais é a seguinte:

| GRUPO PROFISSIONAL | NÍVEL ETÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | TOTAL PROF. |
|-------------------------|--------------|-----|-----|-------|-----|-----|-------|-----|-----|-------|-----|-----|------------|----|----|-------------|
| | 20-29 | | | 30-39 | | | 40-49 | | | 50-59 | | | 60 OU MAIS | | | |
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | |
| CONSELHO ADMINISTRAÇÃO | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 5 |
| MÉDICO | 19 | 23 | 42 | 17 | 33 | 50 | 19 | 33 | 52 | 38 | 53 | 91 | 17 | 3 | 20 | 255 |
| DIRIGENTE/TÉC. SUPERIOR | 0 | 3 | 3 | 3 | 17 | 20 | 2 | 15 | 17 | 3 | 10 | 13 | 0 | 1 | 1 | 54 |
| ENFERMAGEM | 20 | 101 | 121 | 23 | 146 | 169 | 23 | 177 | 200 | 10 | 51 | 61 | 0 | 3 | 3 | 554 |
| TDT | 2 | 27 | 29 | 11 | 38 | 49 | 11 | 42 | 53 | 7 | 19 | 26 | 0 | 3 | 3 | 160 |
| INFORMÁTICA | 3 | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| ASSISTENTE TÉCNICO | 1 | 4 | 5 | 9 | 54 | 63 | 11 | 49 | 60 | 6 | 51 | 57 | 0 | 6 | 6 | 191 |
| ASSISTENTE OPERACIONAL | 12 | 18 | 30 | 28 | 57 | 85 | 9 | 100 | 109 | 26 | 137 | 163 | 8 | 33 | 41 | 428 |
| DOCENTE | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| TOTAL | 57 | 177 | 234 | 93 | 347 | 440 | 78 | 417 | 495 | 91 | 323 | 414 | 25 | 50 | 75 | 1658 |
| % | 14,11 | | | 26,54 | | | 29,86 | | | 24,97 | | | 4,52 | | | 100% |

| NÍVEL ETÁRIO | N.º DE TRABALHADORES | | % | | Diferença 10/11 |
|--------------------|----------------------|------|-------|-------|-----------------|
| | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | |
| Dos 20 aos 29 anos | 259 | 234 | 15,51 | 14,11 | -25 |
| Dos 30 aos 39 anos | 434 | 440 | 25,99 | 26,54 | 6 |
| Dos 40 aos 49 anos | 503 | 495 | 30,12 | 29,86 | -8 |
| Dos 50 aos 59 anos | 398 | 414 | 23,83 | 24,97 | 16 |
| 60 ou mais anos | 76 | 75 | 4,55 | 4,52 | -1 |
| Total | 1670 | 1658 | 100% | 100% | ----- |

Antiguidade em 31 de Dezembro de 2011

A maioria dos trabalhadores (56,1 %) têm antiguidade inferior a 15 anos, o valor mais alto regista-se no nível de antiguidade com mais de 20 anos

| GRUPO PROFISSIONAL | NÍVEL / ANTIGUIDADE | | | | | TOTAL PROF. |
|----------------------------|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------|
| | Até 5 anos | De 6 a 9 anos | De 10 a 14 anos | De 15 a 19 anos | Mais de 20 anos | |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | 5 |
| MÉDICO | 105 | 28 | 12 | 9 | 101 | 255 |
| DIRIGENTE/TÉCNICO SUPERIOR | 11 | 20 | 4 | 5 | 14 | 54 |
| ENFERMAGEM | 91 | 101 | 85 | 109 | 168 | 554 |
| TDT | 29 | 37 | 26 | 29 | 39 | 160 |
| INFORMÁTICA | 6 | 0 | 1 | 0 | 1 | 8 |
| ASSISTENTE TÉCNICO | 16 | 65 | 22 | 19 | 69 | 190 |
| ASSISTENTE OPERACIONAL | 86 | 113 | 76 | 32 | 121 | 428 |
| DOCENTE | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| TOTAL | 348 | 364 | 225 | 203 | 518 | 1658 |
| % | 20,99 | 21,95 | 13,57 | 12,24 | 31,24 | 100% |

| NÍVEL / ANTIGUIDADE | N.º DE TRABALHADORES | | Variação 10/11 | |
|---------------------|----------------------|------|----------------|--------|
| | 2010 | 2011 | N.º | % |
| Até 5 anos | 394 | 348 | -46 | -11,68 |
| De 6 a 9 anos | 354 | 364 | 10 | 2,82 |
| De 10 a 14 anos | 201 | 226 | 25 | 12,44 |
| De 15 a 19 anos | 194 | 203 | 9 | 4,64 |
| Mais de 20 anos | 527 | 517 | -10 | -1,90 |
| Total | 1670 | 1658 | -12 | -0,72 |

Nível Habilitacional a 31 de Dezembro de 2011

A formação académica de nível superior situa-se nos 56,76%, tendo sofrido significativo acréscimo nos licenciados por via da admissão de pessoal médico, de enfermagem e TDT. Verifica-se, também, uma diminuição nos restantes níveis relacionada com a aposentação de funcionários da Administração Pública com um nível habilitacional mais baixo.

| NÍVEL HABILITACIONAL | N.º DE TRABALHADORES | | Variação 10/11 | | % |
|----------------------|----------------------|------|----------------|-------|-------|
| | 2010 | 2011 | Nº | % | |
| Licenciatura | 693 | 722 | 29 | 4,18 | 43,55 |
| Bacharelato | 229 | 219 | -10 | -4,37 | 13,21 |
| 12º Ano | 198 | 208 | 10 | 5,05 | 12,55 |
| Inferior a 12º ano | 420 | 390 | -30 | -7,14 | 23,52 |
| Ensino Primário | 130 | 119 | -11 | -8,46 | 7,18 |
| Total | 1670 | 1658 | | | 100% |

Taxa de Absentismo Total

| GRUPO DE PESSOAL | TOTAL DE Efectivos | TOTAL DE AUSÊNCIAS (excluindo fêrias) | % |
|-----------------------------|--------------------|---------------------------------------|-------------|
| Orgão Administração | 5 | 43 | 2,36 |
| Dirigente/ Técnico Superior | 54 | 673 | 3,41 |
| Médico | 255 | 4460 | 4,79 |
| Enfermeiro | 554 | 13015 | 6,44 |
| Técnico Diag.Terapêutica | 160 | 4153 | 7,11 |
| Informática | 8 | 222 | 7,60 |
| Assistente Técnico | 191 | 2679 | 3,84 |
| Assistente Operacional | 428 | 14084 | 9,02 |
| Docente | 3 | 403 | 36,80 |
| TOTAL | 1658 | 39732 | 6,57 |

Verifica-se um aumento na taxa de absentismo, nos grupos sócio profissionais, docente assistente operacional, informático e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica de ultrapassar a média geral.

As principais causas para o absentismo ligam-se com doença, licenças, gravidez de risco, maternidade, faltas por assistência a filhos menores e ainda ao estatuto de trabalhador estudante.

6.3 - Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

A análise económica e financeira efectuada no último triénio, evidencia uma tendência de agravamentos nos resultados alcançados, revelando uma preocupação acrescida para a sustentabilidade económica da Hospital.

6.3.1 – Resultados

(em euros)

| RESULTADOS | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | $\Delta\%_{(11-10)}$ | Orçamento 2011 | $\Delta\%_{(Orç-11)}$ |
| Resultados Operacionais | -11.817.352 | -20.857.873 | -25.378.280 | -21,7 % | -19.508.920 | -30,1 % |
| Resultados Financeiros | -151.572 | -177.999 | -210.100 | -18,0 % | -189.644 | -10,8 % |
| Resultados Extraordinários | 1.409.563 | 556.654 | 1.028.977 | 84,8 % | 127.455 | 707,3 % |
| Resultados Líquidos do Exercício | -10.562.361 | -20.493.104 | -24.574.250 | 19,9 % | -19.571.109 | 25,5 % |

O resultado líquido em 2011, ascende a 24,5 milhões de euros negativos influenciado por um desequilíbrio dos resultados operacionais e financeiros, ligeiramente compensado pelos resultados extraordinários, evidenciando um desnível entre a estrutura de custos e proveitos do Centro Hospital. Os Resultados Líquidos do Exercício aumentam, 19,9% face ao ano anterior, motivado pelo aumento dos Resultados Operacionais. Face ao orçamentado, apresenta uma execução orçamental de 25,5% acima do previsto.

O agravamento destes resultados resultam de um decréscimo de 14,3% dos proveitos totais, não compensada do lado dos custos, que decresce 12,3%.

6.3.2 – Proveitos

(em euros)

| PROVEITOS | | | | | | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Proveitos Operacionais | 80.244.279 | 70.384.318 | 60.189.599 | -12,3 % | 68.792.283 | -12,5 % |
| Proveitos Financeiros | 256.701 | 96.463 | 91.748 | -4,9 % | 85.420 | 7,4 % |
| Proveitos Extraordinários | 2.222.830 | 1.152.844 | 1.077.679 | -6,5 % | 502.580 | 114,4 % |
| Proveitos Totais | 82.723.810 | 71.633.625 | 61.359.026 | -14,3 % | 69.380.283 | -11,6 % |

Os proveitos totais atingiram no final de 2011, 61,4 milhões de euros, em resultado dos proveitos provenientes do Serviço Nacional de Saúde, no montante de 55,8 milhões de euros, que representa 90,1% do total dos proveitos. Os restantes 9,9% dos proveitos são provenientes de outros clientes, proveitos suplementares, financeiros e extraordinários.

Face ao período homólogo, os proveitos totais registados em 2011 evidenciam um decréscimo de 14,3% (-10,3 Milhões de Euros), fruto das alterações dos preços do Contrato Programa, a par de quebra de produção analisado no ponto 6.1 do presente relatório.

Quando comparado com o Orçamento de Proveitos para 2011, a taxa de execução face ao previsto é de 88,4%, o que representa uma quebra de receita face ao expectável na ordem dos 8 Milhões de Euros.

(em euros)

| PROVEITOS OPERACIONAIS | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Vendas | | | | | | |
| Prestações de Serviços | 69.090.544 | 69.837.826 | 59.761.291 | -14,4 % | 67.582.368 | -11,6 % |
| - SNS (Contrato Programa) | 59.746.833 | 65.098.516 | 55.818.265 | -14,3 % | 64.844.677 | -13,9 % |
| - Outras Entidades | 9.343.711 | 4.739.310 | 3.943.026 | -16,8 % | 2.737.691 | 44,0 % |
| Proveitos Suplementares | 458.873 | 373.328 | 265.161 | -29,0 % | 336.160 | -21,1 % |
| Subsídios à Exploração | 10.110.052 | 7.168 | 2.205 | -69,2 % | 0 | |
| Outros Proveitos Operacionais | 584.810 | 165.996 | 160.942 | -3,0 % | 873.755 | -81,6 % |
| Total dos Proveitos Operacionais | 80.244.279 | 70.384.318 | 60.189.599 | -14,5 % | 68.792.283 | -12,5 % |

O Centro Hospital estima para 2011 uma facturação de 59,8 milhões de euros, ao abrigo do Contrato Programa, pela prestação de serviços aos beneficiários do SNS e Subsistemas entretanto integrados na contratualização com a Tutela. Destes, 55,8 milhões de euros respeitam à facturação da Produção Contratada, 3,9 Milhões de Euros respeitam a Outras Rubricas, que inclui os programas verticais, cumprimento dos objectivos de Qualidade e Eficiência contratualizados no âmbito do Contrato Programa, pagamento de formação (Internos) e comparticipação de medicamentos.

Face ao Contrato Programa, a execução orçamental apresenta uma taxa de 13,9% abaixo do previsto.

(em euros)

| PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - SNS | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|----------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Internamento | 20.732.384 | 24.190.878 | 21.379.504 | -11,6 % | 23.646.803 | -9,6 % |
| Consulta Externa | 10.023.669 | 12.165.328 | 10.207.449 | -16,1 % | 11.844.034 | -16,0 % |
| Urgência | 8.072.462 | 11.757.408 | 8.856.869 | -24,7 % | 10.317.330 | -16,5 % |
| Hospitais de Dia | 2.396.530 | 2.846.460 | 2.736.730 | -3,9 % | 3.561.102 | -9,1 % |
| GDH's de Ambulatório | 11.214.641 | 10.947.504 | 9.105.050 | -16,8 % | 11.677.780 | -28,3 % |
| Verba Convergência | 4.060.085 | 0 | 0 | | 0 | |
| Outros | 3.247.062 | 3.190.938 | 3.532.664 | 10,7 % | 3.797.628 | -7,5 % |
| Total dos Proveitos Operacionais - SNS | 59.746.833 | 65.098.516 | 55.818.265 | -8,9 % | 64.844.677 | -13,9 % |

Quando analisamos a evolução dos proveitos por linha de produção, verificamos uma diminuição de 8,9% em 2011 face a 2010 relativamente à execução do Contrato Programa. No Internamento verifica-se um decréscimo de 11,6%; na Consulta Externa, verificamos um decréscimo de 16,1%; na Urgência, evidencia-se uma quebra de 24,7%; nos Hospitais de Dia, registou-se uma diminuição de 3,9%; por fim, nos GDH's de Ambulatório verificamos um decréscimo de 16,8%.

Comparando a execução de 2011 com o que havia sido contratualizado, verificamos, uma taxa de execução abaixo do previsto em todas as linhas de produção.

6.3.3 – Custos

(em euros)

| CUSTOS | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Custos Operacionais | 92.061.631 | 91.242.191 | 85.567.879 | -6,2 % | 93.151.315 | -8,1 % |
| Custos Financeiros | 408.273 | 274.462 | 301.848 | -10,0 % | 278.780 | 9,7 % |
| Custos Extraordinários | 816.267 | 596.191 | 48.702 | -91,8 % | 860.512 | -87,0 % |
| Custos Totais | 93.286.171 | 92.112.844 | 85.918.430 | -6,7 % | 94.290.607 | -3,4 % |

Os custos totais em 2011 ascenderam a 85,9 Milhões de euros, dos quais 99,6% são custos operacionais, os restantes são custos financeiros e extraordinários. A execução de 2011 apresenta um decréscimo de 1,3% face ao realizado em 2010 e, apresenta uma execução orçamental 2.3% abaixo do previsto.

(em euros)

| ESTRUTURA DE CUSTOS | | |
|-------------------------------------|------------|------------|
| | 2010 | 2011 |
| 1. Custos Totais | 92.112.844 | 85.918.430 |
| 2. Custos com Pessoal | 51.567.153 | 46.399.104 |
| 3. CMVMC | 20.736.539 | 21.054.642 |
| 4. Fornecimento e Serviços Externos | 15.206.184 | 13.848.724 |
| 5. (2) / (1) | 56,0% | 54,0% |
| 6. (3) / (1) | 22,5% | 24,5% |
| 7. (4) / (1) | 16,5% | 16,1% |

Conforme o referido acima, os custos operacionais representam 99,6% dos custos totais, dos quais 54,0% respeitam a custos com pessoal, 24,5 % a matérias de consumo e 16,1% a fornecimentos e serviços externos.

6.3.3.1- Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

(em euros)

| CMVMC | | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Produtos Farmacêuticos | 16.629.708 | 16.949.796 | 17.585.220 | 3,7 % | 17.188.110 | 2,3 % |
| Material de Consumo Clínico | 3.514.431 | 3.238.089 | 3.007.832 | -7,1 % | 3.242.895 | -7,2 % |
| Produtos Alimentares | 2.355 | 1.711 | 2.432 | 42,1 % | 1.450 | 67,7 % |
| Material de Consumo Hoteleiro | 158.049 | 176.358 | 151.979 | -13,8 % | 169.950 | -10,6 % |
| Material de Consumo Administrativo | 235.077 | 206.019 | 167.832 | -18,5 % | 198.169 | -15,3 % |
| Material de Manutenção e Conservação | 168.908 | 157.752 | 136.456 | -13,5 % | 155.945 | -12,5 % |
| Outro Material de Consumo | 19.745 | 6.814 | 2.891 | -57,6 % | 7.710 | -62,5 % |
| TOTAL | 20.728.273 | 20.736.539 | 21.054.642 | 1,5 % | 20.964.229 | 0,4 % |

Os custos na rubrica de Consumos cifraram-se em 2011 em 21,1 Milhões de Euros, o que representa um acréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 1,5%. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia para a possibilidade de crescimento nesta rubrica de 1,1%, tendo assim o resultado atingido ultrapassado em 0,4% a meta orçamental.

(em euros)

| PRODUTOS FARMACÊUTICOS | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Medicamentos | 14.522.597 | 14.900.768 | 15.449.706 | 3,7 % | 15.227.255 | 1,4 % |
| Reagentes | 1.709.988 | 1.699.547 | 1.784.358 | 5,0 % | 1.627.510 | 8,8 % |
| Outros | 397.123 | 349.481 | 351.156 | 0,5 % | 333.345 | 5,1 % |
| TOTAL | 16.629.708 | 16.949.796 | 17.585.220 | 3,7 % | 17.188.110 | 2,3 % |

Os custos na rubrica de Produtos Farmacêuticos cifraram-se em 2011 em 17,6 Milhões de Euros, o que representa um acréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 3,7%, o que representa mais 636 mil Euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se num aumento de 2,3%, o que representa mais 397 mil Euros.

(em euros)

| MATERIAL DE CONSUMO CLINICO | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | $\Delta\%$ (11-10) | Orçamento 2011 | $\Delta\%$ (Orç-11) |
| Penso | 192.808 | 163.418 | 158.401 | -3,1 % | 163.661 | -3,3 % |
| Artigos Cirúrgicos | 400.145 | 342.623 | 309.128 | -9,8 % | 343.132 | -11,0 % |
| Tratamento | 752.054 | 845.579 | 748.010 | -11,5 % | 846.834 | -13,2 % |
| Electromedicina | 96.642 | 41.230 | 28.117 | -31,8 % | 41.291 | -46,9 % |
| Laboratório | 102.903 | 102.265 | 83.669 | -18,2 % | 102.417 | -22,4 % |
| Próteses | 774.730 | 706.009 | 626.235 | -11,3 % | 707.057 | -12,9 % |
| Osteosintese | 130.496 | 147.761 | 154.852 | 4,8 % | 147.980 | 4,4 % |
| Outros | 1.064.653 | 889.204 | 899.420 | 1,1 % | 890.523 | 1,0 % |
| TOTAL | 3.514.431 | 3.238.089 | 3.007.832 | -7,1 % | 3.242.895 | -7,2 % |

Os custos na rubrica de Material de Consumo Clínico cifraram-se em 2011 em 3 Milhões de Euros, o que representa um decréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 7,1%, traduzido numa redução de 231 mil Euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 7,2%, o que representa menos 235 mil Euros.

6.3.3.2 Custos com pessoal

Os Custos com Pessoal representam 54,0% do total dos custos. Destes, destacamos os custos com remunerações do pessoal, em cerca de 38,7 milhões de euros, os custos com suplementos de remunerações, em cerca de 9,6 milhões de euros, e os encargos sobre remunerações, em cerca de 6,6 milhões de euros.

(em euros)

| CUSTOS COM PESSOAL | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | $\Delta\%$ (11-10) | Orçamento 2011 | $\Delta\%$ (Orç-11) |
| Remuneração Órgãos Directivos | 335.612 | 420.566 | 277.278 | -34,1 % | 302.050 | -8,2 % |
| Remuneração do Pessoal | 42.852.665 | 42.496.632 | 38.722.628 | -8,9% | 40.040.326 | -3,3 % |
| Outras Remunerações | 9.795.462 | 9.642.094 | 9.643.636 | 0,0 % | 9.129.909 | 5,6 % |
| Prestações Sociais Directas | 498.077 | 281.098 | 86.995 | -69,1 % | 291.707 | -70,2 % |
| Subsidio de Férias e de Natal | 4.861.463 | 4.826.424 | 2.626.127 | -45,6 % | 4.618.389 | -43,1 % |
| Pensões | 974.560 | 1.274.948 | 693.757 | -45,6 % | 732.984 | -5,4 % |
| Encargos S/ Remunerações | 6.439.517 | 6.859.120 | 6.601.125 | -3,8 % | 6.592.928 | 0,1 % |
| Outros Custos c/ Pessoal | 752.748 | 515.887 | 104.316 | -79,8 % | 499.086 | 79,1 % |
| TOTAL | 51.355.102 | 51.567.153 | 46.399.104 | -10,0 % | 48.167.374 | -3,7 % |

Os gastos na rubrica de Custos com Pessoal cifraram-se em 2011 em 46,4 Milhões de €, o que representa um decréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 10%, o que equivale a -5,2 Milhões de €, que muito espelham o impacte dos cortes nos vencimentos dos profissionais previsto na lei. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia para a diminuição nesta rubrica de 6,6%. Efectivamente, o resultado alcançado foi de decréscimo, mas na ordem dos 3,7%.

(em euros)

| OUTRAS REMUNERAÇÕES | | | | | | |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | $\Delta\%$ (11-10) | Orçamento 2011 | $\Delta\%$ (Orç-11) |
| Trabalho Extraordinário | 4.861.784 | 4.866.900 | 4.845.704 | -0,4 % | 4.463.211 | 8,6 % |
| Trabalho em Regime de Turnos | 2.393.459 | 2.285.116 | 2.492.656 | 9,1 % | 2.221.381 | 12,2 % |
| Suplementos | 2.540.219 | 2.490.078 | 2.305.276 | -7,4 % | 2.445.317 | -5,7 % |
| TOTAL | 9.795.462 | 9.642.094 | 9.643.636 | 0,0 % | 9.129.909 | 5,6 % |

As despesas de pessoal com outras remunerações mantiveram sensivelmente o mesmo valor do ano anterior. Comparativamente com o Orçamento, esta rubrica apresenta um aumento de 5,6%, o que representa mais 514 mil Euros.

6.3.3.3- Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos representam 16,1% do total dos custos. Destes, destacamos os gastos com subcontratos que atingiram no final de Dezembro de 2011 o valor de 5,3 milhões de euros, bem como a rubrica de Fornecimentos e Serviços III, igualmente com um gasto de 5,3 milhões de euros.

(em euros)

| FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS | | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Subcontratos | 7.319.786 | 6.221.859 | 5.315.749 | -14,6 % | 5.943.376 | -10,6 % |
| Fornecimentos e Serviços I | 1.184.866 | 1.079.771 | 1.251.169 | 15,9 % | 1.166.801 | 7,2 % |
| Fornecimentos e Serviços II | 1.834.068 | 2.116.021 | 1.880.517 | -11,1 % | 2.027.149 | -7,2 % |
| Fornecimentos e Serviços III | 5.991.112 | 5.658.726 | 5.291.605 | -6,5 % | 5.861.316 | -9,7 % |
| Outros Fornecimentos e Serviços | 330.868 | 129.807 | 109.684 | -15,5 % | 146.523 | -25,1 % |
| TOTAL | 16.660.700 | 15.206.184 | 13.848.724 | -8,9 % | 15.145.165 | -8,6 % |

Os custos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos cifraram-se em 2011 em 13,8 Milhões de Euros, o que representa uma diminuição dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 8,9%, o que equivale a -1,4 Milhões de Euros. Face ao orçamento, a previsão inicialmente aprovada remetia imposição de decréscimo na ordem dos 0,4% relativamente ao ano anterior. Efectivamente, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 8,6% face ao orçamentado, o que representa menos 1,3 Milhões Euros.

(em euros)

| SUBCONTRATOS | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Realizado 2009 | Realizado 2010 | Realizado 2011 | Δ%(11-10) | Orçamento 2011 | Δ%(Orç-11) |
| Assistência Ambulatória | 1.151.284 | 1.472.531 | 1.535.762 | 4,3 % | 1.439.225 | 6,7 % |
| Meios Complementares Diagnóstico | 2.716.492 | 2.205.814 | 1.816.175 | -17,7 % | 2.521.459 | -28,0 % |
| Meios Complementares Terapêutica | 2.487.798 | 1.628.176 | 1.136.347 | -30,2 % | 1.171.675 | -3,0 % |
| Transporte de Doentes | 779.364 | 829.963 | 762.868 | -8,1 % | 765.397 | -0,3 % |
| Outros | 184.848 | 85.375 | 64.573 | -24,4 % | 45.620 | 41,5 % |
| TOTAL | 7.319.786 | 6.221.859 | 5.315.749 | -14,6 % | 5.943.376 | -10,6 % |

Os custos na rubrica de Subcontratos cifraram-se em 2011 em 5,3 Milhões de Euros, o que representa um decréscimo dos gastos nesta rubrica relativamente ao ano anterior de 14,6%, traduzindo uma diminuição de 905 mil euros. Face ao Orçamento, o resultado alcançado cifrou-se numa diminuição de 10,6%, o que representa menos 628 mil euros.

6.4 - Principais Actividades e Investimentos Desenvolvidos em 2011

6.4.1 - Balanço e estrutura patrimonial

À data de 31 de Dezembro de 2011, os Activos do CHBM, EPE ascendem a 80,1 milhões de euros, originando Activos Líquidos no valor de 47,8 milhões de euros, depois de deduzidas as amortizações e provisões acumuladas.

O Activo Circulante aumenta de 17,1 milhões de euros em 2010, para 17,5 milhões de euros em 2011, dos quais 7,8 milhões de euros se encontram contabilizados sobre a forma de disponibilidades.

O Imobilizado Líquido atingiu o valor de 20,4 milhões de euros, contra os 20,9 milhões de euros de 2010. O Imobilizado Líquido representa cerca de 39,3% do total do Activo Líquido.

No final de 2011, os Fundos Próprios foram negativos em 47,8 milhões de Euros, revelando uma crescente preocupação da entidade perante terceiros.

No que respeita ao passivo, as dívidas de curto, médio e longo prazo cifram-se em 87,9 milhões de euros, ultrapassando em 40,2 milhões de euros o activo total, evidenciando um desequilíbrio financeiro que põe em causa a capacidade do Centro Hospitalar de solver os compromissos assumidos.

| BALANÇO | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Activo | | | |
| Imobilizado Líquido | 18.606.768 | 20.923.130 | 20.425.572 |
| Circulante | 16.265.518 | 17.119.329 | 17.476.674 |
| Acréscimos e Diferimentos | 28.077.095 | 78.200.086 | 9.883.471 |
| TOTAL | 62.949.382 | 116.242.545 | 47.785.717 |
| Fundos Próprios e Passivo | | | |
| Fundos Próprios | (2.419.332) | (19.627.304) | (47.770.709) |
| Passivo | | | |
| Curto Prazo | 57.718.881 | 128.007.416 | 87.913.583 |
| Acréscimos e Diferimentos | 7.649.832 | 7.862.434 | 7.642.843 |
| Sub-Total | 65.368.714 | 135.869.850 | 95.556.426 |
| TOTAL | 62.949.382 | 116.242.545 | 47.785.717 |

6.4.2 - Indicadores Económico-Financeiros

O rácio de autonomia financeira no final de 2011 é 100% negativo, o que representa um agravamento face ao valor registado no ano anterior.

O Prazo Médio de Recebimento mantém-se estável, tendo em conta que o Centro Hospitalar recebe cerca de 90 % do seu financiamento através de adiantamentos efectuados pela ACSS no âmbito do contrato programa.

O Prazo Médio de Pagamento passou de 251 dias para 412 dias , aumentando em 161 dias face a 2010 e 262 dias face a 2009 , reflectindo as dificuldades de Tesouraria que se agravaram no ano de 2011.

| INDICADORES | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------|--------|---------|--------|
| Autonomia Financeira | -3,9 % | -16,8 % | -100 % |
| Liquidez Geral | 0,28 | 0,32 | 0,20 |
| Liquidez Reduzida | 0,248 | 0,227 | 0,089 |
| Prazo Médio de Recebimento | 32 | 31 | 42 |
| Prazo Médio de Pagamento | 150 | 251 | 412 |

6.4.3 – Investimentos

Em 2011 foram investidos 3,3 Milhões de euros, o que representa um aumento de 120% face a 2009.

(em euros)

| INVESTIMENTO | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | | | |
| Edifícios e outras construções | 1.274.088 | 1.419.620 | 869.718 |
| Equipamento básico | 969.992 | 3.450.080 | 1.027.025 |
| Equipamento de transporte | 84.862 | | 85.878 |
| Ferramentas e utensílios | | 6.582 | 608 |
| Equipamentos Administrativo e Informático | 394.431 | 744.746 | 149.829 |
| Outras imobilizações corpóreas | | | 4.622 |
| Sub-total | 2.765.925 | 5.621.028 | 2.137.680 |
| Imobilizações em curso | | 449.326 | 1.170.768 |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | | | |
| Despesas de Investigação e Desenvolvimento | | | 15.006 |
| Despesas de Instalação | | | |
| TOTAL | 2.765.925 | 6.070.354 | 3.323.454 |

6.4.4 – Descrição dos principais investimentos de 2011

| Investimentos | Valor (milhares de euros) |
|--|---------------------------|
| Unidade de Cirurgia do Ambulatório | 2.010 |
| Farmácia Hospitalar | 399 |
| Remodelação do Serviço de Imunohemoterapia | 139 |
| Urgência Geral | 48 |
| Cuidados Paliativos | 44 |
| Oncologia | 26 |
| Psiquiatria | 17 |
| Obras e Equipamentos Diversos | 640 |

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. propõe que o resultado negativo do exercício do período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011, no montante de **-24.574.249,73 €** (vinte e quatro milhões quinhentos e setenta e quatro mil duzentos e quarenta e nove euros e setenta e três cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

| <i>(em euros)</i> | |
|-------------------------------|----------------|
| ▸ Para Reserva Legal | 0,00 |
| ▸ Para Reservas Livres | 0,00 |
| ▸ Para Resultados Transitados | -24.574.249,73 |

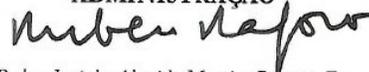
CHBM, EPE - 31 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

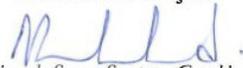
**A PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**


Isabel Maria Pinto Monteiro, Eng.ª

**O VOGAL DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**


Ruben José de Almeida Martins Raposo, Dr.

**O VOGAL DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**


Nina Moreira Pires de Sousa Santos e Geraldês Rodrigues, Dr.ª

A ENFERMEIRA DIRECTORA


Maria Helena Ferreira de Almeida, Enf.ª

A DIRECTORA CLÍNICA


Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues, Dr.ª

8 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(31 de Dezembro)

(Valores em euros)

| ACTIVO | Dez. 2011 | | | Dez. 2010 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Activo Bruto | Amort./Ajustam. | Activo Líquido | Activo Líquido |
| Imobilizado: | | | | |
| Imobilizações Incorpóreas: | | | | |
| Despesas de Instalação | | | | |
| Despesas de Investigação e Desenvolvimento | 442.785,94 | 430.697,47 | 12.088,47 | 9.526,92 |
| Imobiliz. em Curso de Imob. Incorpóreo | | | | |
| Adiantamentos por conta Imob. Incorpóreo | | | | |
| | 442.785,94 | 430.697,47 | 12.088,47 | 9.526,92 |
| Imobilizações Corpóreas: | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 239.544,43 | | 239.544,43 | 239.544,43 |
| Edifícios e Outras Construções | 19.230.536,26 | 7.951.425,18 | 11.279.111,08 | 11.389.641,47 |
| Equipamento Básico | 24.289.941,03 | 18.041.125,85 | 6.248.815,18 | 7.507.261,13 |
| Equipamento de Transporte | 406.099,36 | 299.299,84 | 106.799,52 | 56.400,72 |
| Ferramentas e Utensílios | 54.799,27 | 41.501,20 | 13.298,07 | 17.955,53 |
| Equipamento Administrativo e Informático | 6.115.750,48 | 5.242.412,79 | 873.337,69 | 1.223.716,96 |
| Taras e Vasilhame | 11.463,60 | 10.049,81 | 1.413,79 | 2.637,15 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 7.581,57 | 2.302,30 | 5.279,27 | 1.329,47 |
| Imobiliz. em Curso de Imob. Corpóreo | 1.645.884,31 | | 1.645.884,31 | 475.116,21 |
| Adiantamentos por conta Imob. Corpóreo | | | 0,00 | 0,00 |
| | 52.001.600,31 | 31.588.116,97 | 20.413.483,34 | 20.913.603,07 |
| Investimentos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Circulante: | | | | |
| Existências: | | | | |
| Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo | 2.725.960,92 | | 2.725.960,92 | 2.497.677,00 |
| Sub-produtos, desperd. ,resíduos e refugos | | | | |
| Produtos acabados e intermédios | | | | |
| Mercadorias | | | | |
| Adiantamentos por conta de compras | | | | |
| | 2.725.960,92 | 0,00 | 2.725.960,92 | 2.497.677,00 |
| Dividas de Terceiros - Curto Prazo: | | | | |
| Empréstimos concedidos | | | | |
| Clientes c/c | 3.874.813,12 | | 3.874.813,12 | 3.849.593,38 |
| Utentes c/c | 34.187,72 | | 34.187,72 | 44.316,02 |
| Instituições MS | 2.922.508,27 | | 2.922.508,27 | 2.060.270,65 |
| Clientes e utentes de cobrança duvidosa | 345.701,77 | 345.701,77 | 0,00 | 0,00 |
| Devedores pela execução do orçamento | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | | | 0,00 | 33,09 |
| Adiantamento a fornecedores de imobilizado | | | | |
| Estado e outros entes públicos | 68.276,15 | | 68.276,15 | 15,69 |
| Outros devedores | 11.593,53 | | 11.593,53 | 9.505,88 |
| | 7.257.080,56 | 345.701,77 | 6.911.378,79 | 5.963.734,71 |
| Títulos Negociáveis: | | | | |
| Ações | | | | |
| Obrigações e Títulos de Participação | | | | |
| Títulos da Dívida Pública | | | | |
| Outros Títulos | | | 0,00 | |
| Outras Aplicações de Tesouraria | | | 0,00 | |
| | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos em Instit. Financeiras e Caixa: | | | | |
| Conta do tesouro | 6.766.533,03 | | 6.766.533,03 | 7.384.798,21 |
| Depósitos em instituições financeiras | 1.072.801,34 | | 1.072.801,34 | 1.273.116,86 |
| Caixa | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 7.839.334,37 | | 7.839.334,37 | 8.657.915,07 |
| Acréscimo e Deferimentos: | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 9.883.470,93 | | 9.883.470,93 | 78.200.086,60 |
| Custos diferidos | | | | |
| | 9.883.470,93 | | 9.883.470,93 | 78.200.086,60 |
| Total das Amortizações | | 32.018.814,44 | | |
| Total de Ajustamentos | | 345.701,77 | | |
| TOTAL DO ACTIVO | 80.150.233,03 | 32.364.516,21 | 47.785.716,82 | 116.242.543,37 |

BALANÇO

(31 de Dezembro)

(Valores em euros)

| FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | Dez. 2011 | Dez. 2010 |
|---|------------------------|-----------------------|
| Fundos Próprios: | | |
| Património | 40.930.000,00 | 40.930.000,00 |
| Reservas de Reavaliação | | |
| | 40.930.000,00 | 40.930.000,00 |
| Reservas: | | |
| Reservas livres | 3.628.282,91 | 3.628.282,91 |
| Subsídios | 2.484.940,78 | 2.484.940,78 |
| Doações | 692.998,45 | 645.540,78 |
| Reservas decorrentes da transferência de activos | | |
| | 6.806.222,14 | 6.758.764,47 |
| Resultados Transitados | (70.932.681,11) | (46.822.965,08) |
| Resultado Líquido do Exercício | (24.574.249,73) | (20.493.103,63) |
| Total dos Fundos Próprios | (47.770.708,70) | -19.627.304,24 |
| Passivo: | | |
| Provisões para Cobrança Duvidosa | | |
| Provisões para Riscos e Encargos | 402.400,77 | |
| | 402.400,77 | |
| Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo: | | |
| Empréstimos obtidos | 12.767.548,97 | |
| | 12.767.548,97 | |
| Dívidas a Terceiros - Curto Prazo: | | |
| Utentes c/c | | |
| Adiantamentos de clientes, utentes e Instit. MS | 19.867.003,75 | 74.529.736,86 |
| Fornecedores c/c | 43.035.808,17 | 30.098.538,29 |
| Fornecedores - facturas em recepção e conferência | | 12.767.548,97 |
| Empréstimos obtidos | | |
| Credores pela execução do orçamento | | |
| Fornecedores de imobilizado c/c | 4.643.596,12 | 2.969.114,49 |
| Estado e outros entes públicos | 1.386.221,60 | 1.756.736,60 |
| Outros credores | 5.811.003,37 | 5.885.740,75 |
| | 74.743.633,01 | 128.007.415,96 |
| Acréscimo e Deferimentos: | | |
| Acréscimos de Custos | 5.644.850,19 | 6.616.716,97 |
| Proveitos Diferidos | 1.997.992,58 | 1.245.716,68 |
| | 7.642.842,77 | 7.862.433,65 |
| Total do Passivo | 95.556.425,52 | 135.869.849,61 |
| TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | 47.785.716,82 | 116.242.545,37 |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

(Valores em euros)

| CUSTOS E PERDAS | EXERCÍCIOS | | | |
|--|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | Dez. 2011 | | Dez. 2010 | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | |
| Mercadorias | | | | |
| Matérias de consumo | 21.054.641,73 | | 20.736.538,44 | |
| Fornecimentos e serviços externos | 13.848.724,68 | 34.903.366,41 | 15.206.184,31 | 35.942.722,75 |
| Custos com pessoal: | | | | |
| Remunerações | 38.999.905,74 | | 42.917.198,12 | |
| Encargos sociais: | | | | |
| Pensões | 693.756,92 | | 1.274.948,45 | |
| Outros | 6.705.441,66 | 46.399.104,32 | 7.375.006,74 | 51.567.153,31 |
| Transferências correntes concedidas e prestações sociais | | | | |
| Amortizações do exercício | 3.810.351,17 | | 3.668.428,81 | |
| Provisões do exercício | 422.858,92 | 4.233.210,09 | 5.372,56 | 3.673.801,37 |
| Outros custos e perdas operacionais | 32.198,65 | 32.198,65 | 58.513,24 | 58.513,24 |
| (A) | | 85.567.879,47 | | 91.242.190,67 |
| Custos e perdas financeiras | | 301.848,25 | | 274.462,19 |
| (C) | | 85.869.727,72 | | 91.516.652,86 |
| Custos e perdas extraordinárias | | 48.702,26 | | 596.190,89 |
| (E) | | 85.918.429,98 | | 92.112.843,75 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | 14.846,16 | | 13.884,30 |
| (G) | | 85.933.276,14 | | 92.126.728,05 |
| Resultado líquido do exercício | | (24.574.249,73) | | (20.493.103,63) |
| | | 61.359.026,41 | | 71.633.624,42 |

O Conselho de Administração

Dez. 2011

Técnico de Contas N° 29806

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

(Valores em euros)

| PROVEITOS E GANHOS | EXERCÍCIOS | | | |
|---|---------------|------------------------|---------------|------------------------|
| | Dez. 2011 | | Dez. 2010 | |
| Vendas e Prestações de Serviços: | | | | |
| Vendas | | | | |
| Prestações de Serviços | 59.761.291,01 | 59.761.291,01 | 69.837.825,36 | 69.837.825,36 |
| Impostos, Taxas e Outros | | | | |
| Provetos Suplementares | 265.160,87 | | 373.328,22 | |
| Transferencias e Sub. Correntes Obridos: | | | | |
| Transferencias - Tesouro | | | | |
| Transferencias Correntes Obtidas | | | | |
| Subs. Correntes - Out. Ent. Públicas | 2.205,03 | | 7.168,21 | |
| De Outras Entidades | | | | |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 160.942,20 | 428.308,10 | 165.995,51 | 546.491,94 |
| (B) | | 60.189.599,11 | | 70.384.317,30 |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | | 91.748,30 | | 96.462,71 |
| (D) | | 60.281.347,41 | | 70.480.780,01 |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | | 1.077.679,00 | | 1.152.844,41 |
| (F) | | 61.359.026,41 | | 71.633.624,42 |
| Resumo: | | | | |
| Resultados Operacionais: (B) - (A) | | (25.378.280,36) | | (20.857.873,37) |
| Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A) | | (210.099,95) | | (177.999,48) |
| Resultados Correntes: (D) - (C) | | (25.588.380,31) | | (21.035.872,85) |
| Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) | | (24.559.403,57) | | (20.479.219,33) |
| Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) | | (24.574.249,73) | | (20.493.103,63) |

O Conselho de Administração

Dez. 2011

Técnico de Contas N° 29806

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E. P. E.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

| Rubricas | Exercício | |
|--|-----------------|------------------|
| | Dez 2011 | Dez 2010 |
| Actividades operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 70.834.202,18 € | 125.186.728,40 € |
| Pagamentos a fornecedores | 24.913.568,50 € | 24.863.916,80 € |
| Pagamentos ao pessoal | 47.741.247,88 € | 51.109.915,47 € |
| Fluxo gerado pelas operações | (1.820.614,20)€ | 49.212.896,13 € |
| Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento | 92.366,14 € | (353.673,63)€ |
| Outros pagamentos/recebimentos actividade operacional | (1.150.938,16)€ | 46.032.540,29 € |
| Fluxo gerado antes rubricas extraordinárias | (762.042,18)€ | 3.534.029,47 € |
| Recebimentos de rubricas extraordinárias | 432.787,11 € | 583.608,15 € |
| Pagamentos de rubricas extraordinárias | 24.881,69 € | 194.289,61 € |
| Fluxo das actividades operacionais | (354.136,76)€ | 3.923.348,01 € |
| Actividades de investimento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Imobilizações corpóreas | | |
| Imobilizações incorpóreas | | |
| Subsídios de investimento | 1.242.235,29 € | 36.577,13 € |
| Juros e proveitos similares | 56.290,62 € | 20.842,52 € |
| Dividendos | | |
| ... | 1.298.525,91 € | 57.419,65 € |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Imobilizações corpóreas | 1.481.573,28 € | 3.339.062,86 € |
| Imobilizações incorpóreas | 15.006,00 € | |
| ... | 1.496.579,28 € | 3.339.062,86 € |
| Fluxo das actividades de investimento | (198.053,37)€ | (3.281.643,21)€ |
| Actividades de financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Empréstimos obtidos | | |
| Aumentos de capital, prestações supl., prémios emissão | | |
| Subsídios e doações | | |
| Venda de acções (quotas) próprias | | |
| Cobertura de prejuízos | | |
| ... | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Empréstimos obtidos | | |
| Amortizações contratos locação financeira | | |
| Juros e custos similares | 266.390,57 € | 198.842,00 € |
| Dividendos | | |
| Reduções de capital e prestações suplementares | | |
| Aquisição de acções (quotas) próprias | | |
| ... | 266.390,57 € | 198.842,00 € |
| Fluxo de actividades de financiamento | (266.390,57)€ | (198.842,00)€ |
| Variação da caixa e seus equivalentes | (818.580,70)€ | 442.862,80 € |
| Efeito das diferenças de câmbio | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 8.657.915,07 € | 8.215.052,27 € |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 7.839.334,37 € | 8.657.915,07 € |

Administração/gerência:

Dez 2011

Técnico de Contas N°29806:

9 - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011)

1) Caracterização da Entidade

1.1) Identificação

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99 de 1 de Dezembro, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2009, de 6 de Outubro, por fusão do Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E. com o Hospital do Montijo, a unidade criada sucede às unidades de saúde que lhe deram origem em todos os direitos e obrigações, independentemente de quaisquer formalidades, com um capital estatutário de 40.930.000,00 €, tem como actividade principal a Prestação de Serviços de Saúde com Internamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2011.

1.2) Legislação

A sociedade rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-lei n.º 233/1005 e nos seus estatutos, bem como nos respectivos regulamentos internos e nas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde.

Com o número de identificação fiscal n.º 509186998, sita na Avenida das Forças Armadas, no Barreiro.

Apresenta uma lotação de 374 camas e 17 valências de internamento. A actividade do Centro Hospitalar é exercida em submissão às obrigações inerentes ao serviço Público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de Saúde relativas à execução da política nacional de saúde.

Assim, os preços praticados pelo hospital são aprovados oficialmente, sendo o volume de produção no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente, através da ACSS.

No entanto, alguns preços praticados são inferiores ao necessário, pelo que é atribuído um subsídio ao hospital, como factor de convergência para minimizar esse efeito.

1.7) Recursos Humanos

Durante o ano de 2011, o Hospital manteve ao seu serviço uma média de **1.658** funcionários.

Verifica-se uma diminuição de pessoal vinculado à função pública, por aposentação, transferência, licença sem vencimento, exoneração e requisição.

A 31 de Dezembro de 2011, o numero de pessoal com vinculo á função publica, com contrato administrativo de provimento ou com contrato individual de trabalho, é apresentado no quadro abaixo, distribui-se da seguinte forma:

| Categoria Profissional | Quadro | CAP | CIT | Total |
|---------------------------------------|------------|-----------|------------|--------------|
| C. Administração | 5 | | | 5 |
| Pessoal Dirigente/Técnico Superior | 23 | | 31 | 54 |
| Médicos | 105 | 70 | 80 | 255 |
| Enfermeiros | 362 | | 192 | 554 |
| Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica | 97 | | 63 | 160 |
| Assistente Técnico | 121 | | 70 | 191 |
| Assistente Operacional | 251 | | 177 | 428 |
| Pessoal Informático | 1 | | 7 | 8 |
| Outro Pessoal | 1 | | 2 | 3 |
| TOTAL | 966 | 70 | 622 | 1.658 |

Note-se ainda que existem mais 42 colaboradores em regime de prestação de serviços.

1.8) Organização Contabilística

a) Existência ou não de Manual de Procedimentos

Existe neste momento um manual de procedimentos elaborado e remetido a esta instituição pela, ACSS, o qual estamos a seguir.

b) Descrição da organização do arquivo dos documentos

A nível dos Serviços financeiros os documentos de despesa – facturas – são arquivadas após conferência e informatização, por data de documento e por ordem alfabética e ainda por meses.

Aquando do pagamento das mesmas estas são anexas ao documento de autorização de pagamento e arquivadas por número sequencial. Note-se que existe uma numeração mensal.

Quanto as facturas emitidas pela instituição – facturação a clientes, estas são arquivadas por entidade.

Aquando do recebimento das mesmas também estas são anexas ao documento de guia de cobrança e arquivadas por ordem numérica sequencial e mensal.

c) Existência ou não de Demonstrações financeiras intercalares

As demonstrações Financeiras intercalares existentes nesta instituição apenas servem para controlo interno.

2) Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados

2.1) Princípios Contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras atendeu o cumprimento dos princípios contabilísticos geralmente aceites, correspondente ao exercício de 2011, e não foi derogada

qualquer disposição prevista no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), criado pela Portaria nº 898/2000, de 28 de Setembro e pelo que está definido no

Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 20 de Novembro, que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

2.2) Comparabilidade de exercícios

As quantias relativas ao exercício de 2010 (comparativo), incluídas nas presentes demonstrações financeiras, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.3) Critérios Valorimétricos

Os critérios Valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são contabilizadas pelo seu custo de aquisição, e as amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas legalmente em vigor.

b) Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, deduzidas das reintegrações acumuladas, e as amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

c) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros estão valorizadas com base no seu valor de realização esperado, por aplicação do princípio da prudência.

e) Acréscimo e diferimentos

O CHBM, EPE regista nesta rubrica as despesas e as receitas, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Métodos de calculo utilizados

Amortizações

Os bens do activo corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar 2/90 e Lei 60. Utilizando o método de quotas constantes a partir do 1º dia útil da data da factura, sendo calculadas mensalmente.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

| RUBRICAS | Decreto 2/90 | Lei 60 (Computadores) |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------------|
| Edifícios e Outras Construções | 5% a 12,5% | |
| Equipamento Básico | 14,28% a 33,33% | |
| Equipamento Transporte | 25% | |
| Ferramentas e Utensílios | 12,5% a 20% | |
| Equip. Administrativo e Informático | 12,5% a 33,33% | 33,33% |
| Taras e Vasilhame | 14,28% a 33,33% | |
| Outro Imobilizado Corpóreo | 12,50% | |
| Despesas de Invest. e Desenvolvimento | 33,33% | |

Provisões

Foram constituídas provisões de cobrança duvidosa de acordo com a seguinte forma:

- Saldos em contencioso, provisionados a 100%;
- Dívidas a entidades privadas, cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses provisionados 100%;

2.4) Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa

As contas incluídas no Balanço, originariamente expressas em moeda estrangeira foram ajustadas com o câmbio em vigor à data da sua elaboração.

As contas incluídas na Demonstração de Resultados foram convertidas pelo câmbio à data de realização das respectivas operações. Incluem também os ganhos ou perdas cambiais decorrentes dos ajustamentos referidos no parágrafo anterior.

2.5) Impostos sobre o Rendimento

O CHBM, EPE está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) á taxa de 25% e correspondente derrama á taxa de 10% do imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

Deste modo as declarações fiscais referente ao exercício de 2011, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora se considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Concluindo, não existem situações que afectem de forma significativa os impostos futuros.

2.6) Comentário às contas 43.1 “Despesas de instalação” e 43.2 “Despesas de investigação e desenvolvimento”

As despesas de investigação e de desenvolvimento diz respeito ao projecto de concepção de um sistema de climatização no edifício das consultas externas, serviços de consultadoria e implementação do projecto integrado de logística hospitalar (Kanban Virtual) e cursos de suporte básico de vida.

Despesas de Instalação – Não aplicável.

3. - Imobilizado

O movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado constante no balanço e respectivas amortizações e ajustamentos foi de acordo com os quadros seguintes:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 10 - Activo fixo

Exercício Dez 2011

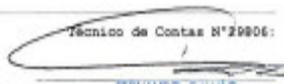
| Rubricas | Saldo inicial | Reavalição/ajustamento | Aumentos | Atenuações | Transferências e abates | Saldo final |
|--|-----------------|------------------------|----------------|------------|-------------------------|-----------------|
| Imobilizações incorpóreas | | | | | | |
| Despesa de instalação | | | | | | |
| Despesa de investigação e de desenvolvimento | 427.779,94 € | | 15.806,80 € | | | 442.785,94 € |
| Propriedade industrial e outros direitos | | | | | | |
| Terras | | | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | | | |
| Ajustamentos p/ conta imob. incorpóreas | | | | | | |
| | 427.779,94 € | | 15.806,80 € | | | 442.785,94 € |
| Imobilizações corpóreas | | | | | | |
| Terras e rec. naturais | 239.544,43 € | | | | | 239.544,43 € |
| Edifícios e outras construções | 18.360.818,62 € | | 669.717,64 € | | | 19.230.536,26 € |
| Equipamento básico | 23.380.131,60 € | | 1.827.824,63 € | | 117.215,20 € | 24.289.941,03 € |
| Equipamento de transporte | 320.221,36 € | | 85.878,06 € | | | 406.099,42 € |
| Farmacêuticos e similares | 54.191,16 € | | 608,11 € | | | 54.799,27 € |
| Equipamento administrativo | 6.001.099,19 € | | 349.829,24 € | | 35.177,95 € | 6.115.750,48 € |
| Tarax e similares | 11.463,60 € | | | | | 11.463,60 € |
| Outras imobilizações corpóreas | 2.859,23 € | | 4.622,34 € | | | 7.381,57 € |
| Imobilizações em curso | 475.116,21 € | | 1.179.768,10 € | | | 1.644.884,31 € |
| Ajustamentos p/ conta imob. corpóreas | | | | | | |
| | 48.945.545,40 € | | 3.316.448,06 € | | 152.393,15 € | 52.081.600,31 € |
| Investimentos financeiros | | | | | | |
| Partes de capital Empresas do grupo | | | | | | |
| Empréstimos de financiamento Empresas do grupo | | | | | | |
| Partes de capital Empresas associadas | | | | | | |
| Empréstimos de financiamento Empresas associadas | | | | | | |
| Títulos e outras aplicações financeiras | | | | | | |
| Outros empréstimos concedidos | | | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | | | |
| Ajustamentos por conta de inv. financeiros | | | | | | |

Administração/gerência:

Dez 2011

Técnico de Contas N.º 29806:


Eng.ª Isabel Pinto Monteiro
Presidente do Conselho de Administração


FERNANDO GALVÃO
Director do Serviço Financeiro

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota II - Anotações e Ajustamentos

| Rubricas | Exercício Dez 2011 | | | |
|---|--------------------|----------------|-------------------|-----------------|
| | Saldo inicial | Reforço | Anulação/reversão | Saldo final |
| Imobilizações incorpóreas | | | | |
| Despesas de instalação | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 418.253,02 € | 12.444,45 € | | 430.697,47 € |
| Propriedade industrial e outros direitos | | | | |
| Troques | | | | |
| | 418.253,02 € | 12.444,45 € | | 430.697,47 € |
| Imobilizações corpóreas | | | | |
| Terras e rec. naturais | | | | |
| Edifícios e outras construções | 6.971.177,15 € | 980.248,83 € | | 7.951.425,98 € |
| Equipamento básico | 15.872.870,47 € | 2.275.803,46 € | 166.748,08 € | 18.041.125,85 € |
| Equipamento de transporte | 261.820,64 € | 35.479,20 € | | 299.299,84 € |
| Ferramentas e utensílios | 36.235,63 € | 5.265,57 € | | 41.501,20 € |
| Equipamento administrativo | 4.777.382,23 € | 980.814,54 € | 34.984,00 € | 5.242.412,79 € |
| Tanques e vasilhame | 8.826,45 € | 1.223,38 € | | 10.049,83 € |
| Outras imobilizações corpóreas | 1.429,36 € | 672,54 € | | 2.101,90 € |
| | 27.831.942,33 € | 5.197.596,72 € | 141.732,08 € | 31.586.116,97 € |
| Investimentos financeiros | | | | |
| Títulos e outras aplicações financeiras | | | | |
| Outros empréstimos concedidos | | | | |

Administração/Assinatura:

Dez 2011

Técnico de Contas N°29806:

Eng.º Plácido Monteiro
Membro do Conselho de Administração

FERNANDO GALVÃO
Diretor do Serviço Financeiro

2.7) Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não existe custos constantes nas demonstrações financeiras respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

2.8) Diplomas legais, nos termos dos quais se baseou e reavaliação dos bens do imobilizado.

Não foram realizadas no exercício reavaliações do imobilizado.

2.9) Discriminação das reavaliações, conforme mapa anexo:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E. P. E.
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 13 - Discriminação de reavaliações

| Rubricas | Exercício Dez 2011 | | |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------|--|
| | Costos históricos (a) | Reavaliações (a)(b) | Valores contabilizados reavaliados (a) |
| Inmobilizações corpóreas | | | |
| Terrenos e rec. naturais | | | |
| Edifícios e outras construções | | | |
| Equipamento básico | | | |
| Equipamento de transporte | | | |
| Fornecimento e acessórios | | | |
| Equipamento administrativo | | | |
| Trens e viaturas | | | |
| Outras immobilizações corpóreas | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Investimentos em imóveis | | | |

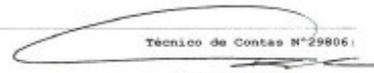
a) líquidos de amortizações
b) englobam as sucessivas reavaliações

Administração/gerência:


Isabel Pinto Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

Dez 2011

Técnico de Contas N°29806:


FERNANDO GALVÃO
Barral dos Serviços Financeiros

2.10) Em relação às immobilizações corpóreas e em curso:

- a) Não existem immobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público, não existe immobilizações implantadas em propriedade alheia e não existem immobilizações reversíveis.
- b) Não existem custos financeiro capitalizados, referente ao exercício e acumulado.

2.11) Indicação de bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

Não existem bens em regime de locação financeira.

2.12) Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com a indicação das razões dessa impossibilidade.

Não aplicável.

2.13) Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.

Não Aplicável

2.14) Designação e sede das entidades participadas, com a indicação de parcela detida, bem como os capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma das entidades, com menção desse exercício.

Não existem entidades participadas.

2.15) Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”, indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não aplicável.

2.16) Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não aplicável.

2.17) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com critérios Valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos apurados segundo os critérios adoptados pela empresa e os correspondentes valores de mercado, dos activos circulantes constantes no balanço.

2.18) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificam a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

2.19) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não foram constituídas nem reforçadas provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

2.20) Valor global das existências que se encontram fora da instituição.

Não existem existências fora da instituição.

2.21) Valor das dividas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dividas de terceiros constantes no balanço.

Encontram-se incluídas no balanço dividas de cobrança duvidosa no valor de 325.243,62 euros, relativas a clientes. Para todas estas dividas estão constituídas Provisões para Cobrança Duvidosa.

2.22) Valor global das dividas activas e passivas respeitantes ao pessoal da instituição.

Em 31 de Dezembro de 2010, o CHBM, EPE não tinha em contas activas referente ao pessoal da instituição.

2.23) Quantidade e valor nominal de obrigações convertíveis, de títulos de participação e de outros títulos ou direitos similares. Emitidos pela entidade com a indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

2.24) Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

2.25) Valor das dívidas de terceiros a mais de cinco anos, repartidas pelas respectivas rubricas de balanço.

Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.

2.26) Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade com a indicação da natureza e da forma destas, bem como a sua repartição pelas rubricas do balanço.

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade.

2.27) Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os avales prestados.

Não existem responsabilidades da entidade por garantias prestadas.

2.28) Indicação da diferença, quando levada a activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

2.29) Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 21 - Ajustamentos

| Contas | Saldo inicial | Reversão | Exercício | |
|---|---------------|----------|--------------|-------------|
| | | | Reversão | Saldo final |
| Existências | | | | |
| Mat. primas, subprod. e de concs. | | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | | |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo | | | | |
| Prod. acabados e intermédios | | | | |
| Mercadorias | | | | |
| Dívidas de terceiros | | | | |
| Clientes, etc. | | | | |
| Clientes - Títulos a receber | | | | |
| Clientes de cobrança duvidosa | 325.243,62 € | | (28.458,15)€ | 345.701,77€ |
| Empresas do grupo | | | | |
| Empresas do grupo | | | | |
| Outros acionistas (sócio) | | | | |
| Estado e Outros entes públicos | | | | |
| Outros devedores | | | | |
| Subscritores de capital | | | | |
| | 325.243,62 € | | (28.458,15)€ | 345.701,77€ |
| Títulos Negociáveis | | | | |
| Ações empresas do grupo | | | | |
| Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo | | | | |
| Ações em empresas associadas | | | | |
| Obrigações e títulos de participação em empresas associadas | | | | |
| Outros títulos negociáveis | | | | |
| Outras aplicações de tesouraria | | | | |

Administração/governança:

Dez 2011

Técnico de Contas N.º 29804:

Eng.º  Pinto Monteiro
Diretor de Administração


Fernando Galvão
Diretor de Serviços Financeiros

2.30) Demonstração do custo com mercadorias vendidas e das matérias consumidas, de acordo com o mapa seguinte:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 41 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Exercício

Dez 2011

| Movimentos | Mercadorias | Mat.-primas subprodutivas e de consumo | Total |
|---------------------------------|-------------|--|-----------------|
| 1. Existências iniciais | | 2.497.677,00 € | 2.497.677,00 € |
| 2. Compras | | 21.273.430,89 € | 21.273.430,89 € |
| 3. Regularização de existências | | 9.494,76 € | 9.494,76 € |
| 4. Existências finais | | 2.725.960,92 € | 2.725.960,92 € |
| 5. C.M.V.M.C. (1+2+3-4) | | 21.054.641,73 € | 21.054.641,73 € |

2.31) Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 “Vendas e Prestações de Serviços”, por actividade e por mercado (interno e externo) na medida em que tais actividades sejam consideravelmente diferentes.

Valor das vendas e prestações de serviços:

| Rubrica | Mercado Interno | Mercado externos |
|-----------------------|-----------------|------------------|
| Venda de Mercadorias | 0,00 € | 0,00 € |
| Prestação de Serviços | 59.761.291,01 € | 0,00 € |

2.32) Desdobramento das conta 75 “Trabalhos para a própria entidade”, por rubrica da conta de imobilizado.

Não aplicável.

2.33) Demonstração de resultados financeiros, como segue:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 45 - Demonstração de resultados financeiros

| Custos e perdas | Exercício | | Proventos e ganhos | Exercício | |
|--|-----------------------|-----------------------|--|-------------|-------------|
| | Dez 2011 | Dez 2010 | | Dez 2011 | Dez 2010 |
| 68.1 Juros suportados | 301.291,01 € | 270.751,62 € | 78.1 Juros obtidos | 56.366,18 € | 20.751,87 € |
| 68.2 Perdas em empresas do grupo e associadas | | | 78.2 Ganhos em empresas do grupo e associadas | | |
| 68.3 Amortizações de investimentos em imóveis | | | 78.3 Rendimentos de imóveis | | |
| 68.4 Ajustamentos de aplicações financeiras | | | 78.4 Rendimentos de participações de capital | | |
| 68.5 Difer. câmbio de divisões | | | 78.5 Diferenças de câmbio financeiros | | |
| 68.6 Desc. de p. pag. concedidos | | | 78.6 Descontos de prestaç. pagamento obtidos | 33.437,68 € | 75.620,19 € |
| 68.7 Perdas na alienação de aplic. de tesouraria | | | 78.7 Ganhos na alienação de aplic. tesouraria | | |
| 68.8 Outros custos e perdas financeiras | 580,18 € | 3.710,57 € | 78.8 Reversões e outros proventos e ganhos financeiros | 24,44 € | 80,05 € |
| Resultados financeiros | (210.099,85) € | (177.589,48) € | | | |
| | 91.748,30 € | 96.802,71 € | | 91.748,30 € | 96.802,71 € |

2.34) Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTEJO, E.P.E.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota 46 - Demonstração de resultados extraordinários

| Causas e perdas | Exercícios | | Provetos e ganhos | Exercícios | |
|---|-----------------------|-----------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| | Dez 2011 | Dez 2010 | | Dez 2011 | Dez 2010 |
| 69.1 Donativos | | | 79.1 Restituição de impostos | | |
| 69.2 Dividas incoborveis | 2.868,81 € | | 79.2 Reconhecimento de dividas | | |
| 69.3 Perdas em existências | 10.290,69 € | 79.068,39 € | 79.3 Ganhos em realizações | 388.146,62 € | 593.187,28 € |
| 69.4 Perdas em imobilizações | 10.661,07 € | 85.424,31 € | 79.4 Ganhos em imobilizações | 350,00 € | 1.410,00 € |
| 69.5 Multas e penalidades | 3.094,71 € | 862,48 € | 79.5 Benefícios de penalidades contratuais | 11.399,64 € | 17.995,51 € |
| 69.6 Alterações de amortizações | | | 79.6 Realizações de provisões | | |
| 69.7 Correções relat. a exerc. Anterior | | 237.466,58 € | 79.7 Correções relativas a exerc. Anterior | 144.281,80 € | |
| 69.8 Outros custos e perdas extra. | 21.796,58 € | 193.827,13 € | 79.8 Out. provisões e ganhos extra. | 527.330,96 € | 540.651,82 € |
| Resultados extraordinários | 1.028.936,74 € | 536.653,52 € | | | |
| | 1.077.679,00 € | 1.152.844,41 € | | 1.077.679,00 € | 1.152.844,41 € |

O TÉCNICO DE CONTAS



(Fernando Joaquim Galvão, Dr.)

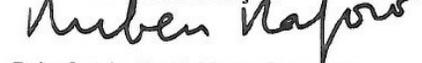
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



Izabel Maria Pinto Monteiro, Eng.ª

O VOGAL DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



Ruben José de Almeida Martins Raposo, Dr.

O VOGAL DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



Nina Moreira Pires de Sousa Santos e Geraledes Rodrigues, Dr.ª

A ENFERMEIRA DIRECTORA



Maria Helena Ferreira de Almeida, Enf.ª

A DIRECTORA CLÍNICA



Elisabete Maria Farias Gonçalves Rodrigues, Dr.ª

10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, Óficiais de Contas, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da entidade **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um **total de balanço de €47.785.716,82** (quarenta e sete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dezasseis euros e oitenta e dois cêntimos) e um **total de fundos próprios negativos de €47.770.708,70** (quarenta e sete milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e oito euros e setenta cêntimos), incluindo um **resultado líquido negativo de €24.574.249,73** (vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e nove euros e setenta e três cêntimos)), e a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

D.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • n.ºc. 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 850/817 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel./Fax: 262 081 817





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, S.ª Oficials de Contas, Lda.

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do "Relatório e Contas de 2011" com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2011, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1.** Aquando da criação do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) (que resultou de uma fusão de duas entidades, o Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E (HNSR). e o Hospital do Montijo), não se atendeu totalmente à estrutura financeira deficitária da entidade, na medida que "herdou" os resultados negativos acumulados do HNSR. Deste modo, face a esta situação e aos resultados negativos avultados obtidos nos dois últimos exercícios, os fundos próprios do CHBM revelam-se já bastante negativos, no montante de **€47.770.708,70** (quarenta e sete milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e oito euros e setenta cêntimos). Esta situação muito negativa, face à natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

11 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionista

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2011, a actividade do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seus Anexos e o Relatório e Contas, a análise económico-financeira, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

- 1 - Sejam aprovados o Relatório e Contas, bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** no termo do exercício de 2011.
- 2 - Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 13 de Abril de 2012

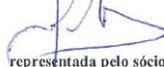
O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936



representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681

D.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • n.º pc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel/Fax: 262 091 617



12 – RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, Oficials de Contas, Lda.



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do nº 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007

Exmo. Accionista

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, durante o ano de 2011, a atividade da entidade **Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, compete ao Fiscal Único efectuar a avaliação anual do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.

De acordo com os elementos solicitados e disponibilizados pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E. e tendo ainda em conta as verificações efectuadas e o normal acompanhamento das actividades exercidas, certifica-se que durante o período de 2011, se constatou as preocupações do órgão de gestão com o cumprimento das orientações estratégicas e dos objectivos fixados para o período em causa.

Da análise efectuada, também nos foi possível verificar que o modelo de governação em vigor no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, E.P.E., se revela adequado à prossecução da sua missão, de acordo com as orientações estratégicas e os objectivos fixados pelo Accionista, cumprindo o disposto na lei, bem como os princípios que a este respeito constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado.

Foram verificados os objetivos de carácter não financeiro tal como definidos no anexo III do contrato programa para 2011, tendo-se constatado que os mesmos foram apenas parcialmente cumpridos.

Relativamente aos objetivos de desempenho económico-financeiro também foram parcialmente cumpridos, na medida em que:

- Os custos com pessoal, que representam 54% do total dos custos da entidade, apresentaram uma diminuição de 10% face ao ano de 2010, essencialmente dividido às reduções remuneratórias impostas pelos Orçamentos Gerais do Estado. Relativamente ao objetivo previsto

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8836 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • n.º pc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 850/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel/Fax: 262 081 617





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado, S. Lda. Oficiais de Contas, Lda.

no anexo III (redução de 6,6%) ao contrato programa a redução foi superior, pelo que **superou o objetivo**. Ainda nesta rubrica, refira-se que o custo do trabalho extraordinário apresentou uma ligeira diminuição face a 2010, embora apresentando um valor superior ao orçamentado;

- O aumento dos gastos com os consumos deveria não ultrapassar 1,1% relativamente aos ocorridos no ano anterior, contudo cifrou-se nos 1,5%, ou seja 40% acima da meta, pelo que **não cumpriu** com este objetivo;
- Os fornecimentos de serviços externos apresentaram uma redução de 8,9%, relativamente ao ano anterior, tendo **superado o objetivo** de redução de 0,4%;
- O peso dos custos de pessoal ajustados nos proveitos foi de 77,1%, o que apresenta um aumento de 5,2% relativamente ao ano anterior, mas que **cumprir o objetivo** de 76,8%;
- Os resultados operacionais deveriam, de acordo com o no anexo III ao contrato programa, atingir uma valor de €-19.508.920, mas ascenderam a €-25.378.280, ou seja, apresentam um desvio desfavorável de 30%, **não cumprindo com este objetivo**. No entanto refira-se que os custos operacionais apresentam uma variação face a 2010 de -6,2% e face ao orçamentado de -8,14%.

Em síntese, relativamente aos objetivos fixados no anexo III do contrato programa, o seu inferior grau de cumprimento permitiu atribuir uma percentagem de apenas 61,3% do incentivo institucional determinado na sua cláusula 5ª.

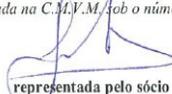
Face ao exposto, somos de opinião que o desempenho da gestão pelos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, EPE., se pode considerar adequado, tendo por base a forma como foram desenvolvidas as suas acções durante o ano de 2011.

Lisboa, 13 de Abril de 2012

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936



representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • n.ºpc 503 188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 087 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel/Fax: 282 081 617

